

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 5A.RF/BA

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 10507.720369/2024-71

2. Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para elaboração de Projeto Básico Completo, na modelagem BIM (Building Information Modeling), com vistas à reforma das duas edificações que compõem a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF-FSA), localizadas na Avenida Getúlio Vargas, 195, Bairro Centro, Feira de Santana/BA. Integram, ainda, o objeto contratual os serviços complementares de Coordenação de Projetos, Levantamento Cadastral, emissão de Laudo de Inspeção Predial, elaboração do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, bem como a composição do Orçamento Detalhado, acompanhado do respectivo cronograma físico-financeiro da execução da reforma.

2.2. Áreas construídas: 3.285,72m²

- Edifício Sede com térreo + 4 (quatro) pavimentos: Área construída: 2.974,90m²
- Edifício Anexo com térreo + 1 (um) pavimento superior: Área construída: 310,82m²

3. Descrição da necessidade

3.1. As edificações que abrigam a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF-FSA) não possuem, hoje, todas as condições de segurança necessárias para atender aos requisitos de eficiência, acessibilidade e sustentabilidade no seu funcionamento, conforme as normas vigentes.

3.2. Visando a melhoria do estado de conservação das duas edificações que compõem a sede da DRF-FSA e, a fim de proporcionar a modernização da estrutura de forma segura e adequada para os usuários destas edificações, é necessária a confecção de projetos por equipe técnica capacitada, de forma a garantir o cumprimento das normas municipais, estaduais e federais vigentes sobre este tema.

3.3. O prédio apresenta atualmente diversos problemas de conservação, os quais têm-se agravado nos últimos anos. A situação mais grave é a das fachadas externas, que apresentam severas patologias nos revestimentos e adornos, inclusive com manchas de umidade e mofo na pintura, além de fissuras no revestimento argamassado.

3.4. Em 2022, foi realizada uma visita técnica por engenheiro do órgão, havendo sido constatada a situação da edificação, conforme conclusão e recomendações a seguir transcritas:

Diante das informações obtidas através da vistoria no imóvel em questão, concluo que há necessidade de reforma geral para melhoria do estado de conservação da edificação, com regularização perante os órgãos oficiais, a exemplo do Corpo de Bombeiros e da Prefeitura Municipal, e modernização e adequação das instalações para atender aos requisitos de eficiência, acessibilidade e sustentabilidade na administração pública. Abaixo relaciono algumas sugestões de intervenções que poderão compor as especificações previstas no projeto básico completo de reforma:

- Remembramento dos dois imóveis;
- Regularização do imóvel na Prefeitura Municipal de Feira de Santana, no Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, e se necessário, nos órgãos ambientais e nas concessionárias locais;
- Revitalização das fachadas das duas edificações, com correção de ocorrências patológicas, e indicação dos procedimentos e materiais a serem aplicados;
- Adequação à acessibilidade em todas as duas edificações e seus acessos;

- Aplicação de soluções estéticas e de identidade visual em todas as fachadas;
- Aplicação de solução técnica para omitir visualmente os drenos e as unidades externas dos aparelhos de ar-condicionado;
- Revitalização dos banheiros, com troca de pisos e revestimentos, bancadas, portas, instalação de novas louças e metais, e adequação à acessibilidade;
- Padronização de portas dos setores, com indicação de especificação de portas em vidro;
- Revisão e padronização dos acabamentos em piso, forro e rodapé nos setores e corredores internos, com as mesmas especificações da reforma já realizada no pavimento 2, onde hoje se localizam a Sepol e o Gabinete;
- Padronização geral da identidade visual de acordo com o manual de identidade em vigor;
- Reconstrução do sistema de impermeabilização dos reservatórios superiores e inferiores, com indicação dos procedimentos e materiais a serem aplicados;
- Reconstrução do sistema de impermeabilização das coberturas, com indicação dos procedimentos e materiais a serem aplicados;
- Recuperação ou, se não houver viabilidade técnica, substituição de todas as esquadrias de alumínio das fachadas;
- Substituição de toda a rede de água fria, esgoto e drenagem, com instalação de tubos e conexões em PVC. Revisão da infraestrutura de entrada e saída das redes de água fria, drenagem e esgoto;
- Adaptação do layout interno para atender as atuais necessidades da DRF-FSA, com distribuição de setores em salas menos compartimentadas, destinando salas específicas para compartilhamento entre servidores que se encontram em regime de teletrabalho integral, com base nas diretrizes da Portaria ME 19385/2020;
- Reforma das redes elétricas de iluminação e de força para adaptação ao novo layout a ser proposto;
- Reforma das instalações de rede lógica, telefonia e CFTV para adequação ao novo layout;
- Reforma nas instalações de SPDA;
- Reforma das instalações de climatização, para adequação ao novo layout a ser proposto e à solução estética a ser especificada para as fachadas;
- Reforma das instalações de sistema de combate ao incêndio para adequação as normativas técnicas e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia;
- Vistoria do sistema de alimentação e comando dos elevadores, diagnóstico, e se for necessário, modernização;
- Estudo de viabilidade técnica e financeira e, se for o caso, instalação de um sistema de geração de energia fotovoltaica.

Vejo também como necessária a realização de uma perícia técnica especializada em estruturas de concreto armado, tanto pela idade real dos dois edifícios, quanto pelo aparecimento de patologias relacionadas a estrutura de concreto armado da edificação, como a ocorrência de flecha exagerada em uma das lajes dos banheiros, e pequenos pontos de corrosão na armação positiva das lajes sobre a cobertura do DMA, da garagem de veículos oficiais, da sala de treinamento e do barrilete, todos localizados no prédio principal.

Para atender as recomendações acima, oriento pela contratação de pessoa jurídica habilitada e especializada em Arquitetura e Engenharia visando a elaboração do projeto básico completo de reforma, cujo objeto deverá conter no mínimo os seguintes itens, todos elaborados com base nas boas práticas e no normativo legal e técnico:

- a) Coordenação de Projetos
- b) Levantamento cadastral
- c) Laudo pericial das edificações
- d) Projeto de Reforma na Arquitetura
- e) Projeto Legal
- f) Projeto de Reforma na Impermeabilização

- g) *Projeto de Reforma nas Instalações Hidráulicas*
- h) *Projeto de Reforma nas Instalações Sanitárias*
- i) *Projeto de Reforma nas Instalações de Drenagem de Águas Pluviais*
- j) *Projeto de Reforma nas Instalações Elétricas*
- k) *Projeto de Reforma nas Instalações de Rede Lógica*
- l) *Projeto de Reforma nas Instalações de Telefonia*
- m) *Projeto de Reforma nas Instalações de CFTV*
- n) *Projeto de Reforma nos Sistemas de Alarme e Controle de acesso*
- o) *Projeto de Reforma nas Instalações de Prevenção e Combate ao Incêndio*
- p) *Projeto de Reforma nas Instalações de SPDA*
- q) *Projeto de Reforma nas Instalações de Climatização*
- r) *Projeto de Reforma nas Instalações dos Elevadores*
- s) *Projeto de Sistema de Geração de Energia Fotovoltaica*
- t) *Caderno de encargos e especificações*
- u) *Orçamento completo e Cronograma Físico-Financeiro*
- (...)

3.5. Desta forma, fica justificada a necessidade de contratar a elaboração de Projeto Básico Completo, com uso da modelagem BIM (Building Information Modeling), nos termos do art. 19, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, incluindo a Coordenação dos Projetos, o Levantamento Cadastral, o Laudo de Vistoria da Edificação, o Caderno de Encargos e Especificações, e o Orçamento completo com o Cronograma Físico-Financeiro.

3.6. Ressaltamos ainda que esta contratação foi prevista no Plano de Engenharia da Receita Federal (PE2025) sob códigos de iniciativa 2023050019 e 2023050020, conforme consta no Anexo II da Portaria RFB nº 513, de 20 de fevereiro de 2025, bem como no Plano de Contratações Anual (PCA2026), conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000005/2026*
- II. Data de publicação no PNCP: 25/04/2025*
- III. Id do item no PCA: 81*
- IV. Classe/Grupo: 833 – SERVIÇOS DE ENGENHARIA*
- V. Identificador da Futura Contratação: 170078-66/2026*

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Programação e Logística da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana - SEPOL/DRF-FSA	Karla Malaquias Barbosa

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza do Serviço

5.1 Trata-se de **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, que se amolda aos serviços listados no art.6º, inciso XVIII, alínea "a", da Lei 14.133 /2021, voltado para o atendimento de necessidades pontuais, caracterizando-se como um **serviço não continuado por escopo**.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XVIII - *serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

a) *estudos técnicos, planejamentos, **projetos básicos** e projetos executivos" (grifo nosso)*

5.1.1 O objeto a ser contratado consiste em atividade privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, conforme Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Deverão ser emitidas as respectivas ARTs e/ou RRTs relativos aos serviços de elaboração de projeto e orçamento.

5.2 A classificação do serviço nos termos do dispositivo acima transcrito **impossibilita, em regra, a adoção da modalidade Pregão Eletrônico e do critério de julgamento pelo menor preço**, consoante disposições do art. 37, § 2º, da Lei 14.133/2021, que determina a adoção dos critérios de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, ou melhor técnica e preço, para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, quando seu valor estimado seja superior a R\$ 376.353,48. (Vide Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024)

Lei 14.133/2021

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

(...)

§ 2º *Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por: (Vide Decreto nº 12.343, de 2024)*

I - *melhor técnica; ou*

II - *técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”*

Decreto nº 12.343, de 2024

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

ANEXO	
ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	
DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, caput, inciso XXX	R\$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)
Art. 37, II, 2º	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 70, caput, inciso III	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, caput, inciso I	R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)
Art. 75, caput, inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)
Art. 75, caput, inciso IV, alínea "c"	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, § 1º	R\$ 10.936,10 (dez mil trezentos e sessenta e seis reais e dez centavos)
Art. 85, § 2º	R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos)
Art. 104-A	R\$ 1.576.882,20 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

5.3.

Corroborando com esse entendimento, colaciona-se abaixo ementas de recentes julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), nos quais o Plenário da Corte de Contratos entendeu que os serviços listados no art. 6º, inc. XVIII, da Lei 14.133/2021, devem ser considerados serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, não cabendo ao administrador classificá-los de forma diferente (Acórdão 2.381/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman e 2.619/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Jhonatan de Jesus).

Acórdão 2.381/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2023 (regida pela Lei 14.133/2021), sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), tendo por objeto a contratação de serviço especial de engenharia prestado por empresa com fins de promover a realização de planejamento, levantamentos, ensaios e a

elaboração dos projetos executivos de engenharia, de arquitetura e documentações legais referentes a construção do Campus definitivo da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.4. dar ciência à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com base no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, de que **a não utilização do critério de julgamento do tipo “técnica e preço” no edital de Concorrência 1/2023 atentou contra o art. 37, §2º, da Lei 14.133/2021, por ultrapassar o limite de R\$ 300,000,00 relativo à estimativa do valor da contratação para serviços técnicos especializados de natureza eminentemente intelectual estabelecido no nominado dispositivo (atualizado para R\$ 343.249,93, mediante o Decreto 11.317/2022 e, posteriormente, para R\$ 359.436,08, pelo Decreto 11.781/2023); (Destacou-se)**

Acórdão 2.619/2024-TCU-Plenário, Rel. Min. Jhonatan de Jesus

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia sobre indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico 7 /2024, conduzido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE e destinado à contratação de empresa para elaboração de projeto executivo de reforma de edificação,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, nos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014 e no art. 9º, I, da Resolução-TCU 315/2020, e diante das razões expostas pelo relator, em:

(...)

9.3. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE de que, no âmbito do Pregão Eletrônico 7/2024, **a escolha da modalidade de licitação e do critério de julgamento pelo "menor preço" foi inadequada, pois contraria o art. 6º, XVIII, "a", c/c os arts. 29, parágrafo único, e 37, § 2º, da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência desta Corte de Contas, consubstanciada no Acórdão 2381/2024-TCU-Plenário, tendo em vista que o valor estimado da contratação ultrapassou o limite de R\$ 359.436,08 (valor atualizado mediante o Decreto 11.871 /2023); (Destacou-se)**

5.4 Como visto, a licitação na modalidade Concorrência e pelo critério de julgamento "Técnica e Preço" se impõe **tão somente se o valor estimado da contratação for superior a R\$ 376.353,48** (Atualizado, segundo Decreto nº 12.343, de 2024).

5.5. No caso concreto, a Equipe de Planejamento estimou o valor total da contratação em **R\$ 264.694,76** (duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos), sendo possível, portanto, a realização de licitação na modalidade Concorrência com o critério de julgamento o Menor Preço Global.

Escolha da Modalidade de Licitação e Critério de Julgamento

5.6. A elaboração de projeto básico completo, como já assinalado, é um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual. Envolve a criação de documentos técnicos detalhados e estruturados que orientam a execução de obras e empreendimentos, considerada um serviço especial de engenharia, cuja contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **concorrência**, na forma **eletrônica**, com **critério de julgamento "Menor Preço Global"**, nos termos do art. 34, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 34. O julgamento por menor preço global considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.;

5.7. E, ainda, será adotada a combinação de fundamentos da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 6º, XVIII, alínea "a": Define estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos, como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Art. 6º XXI: Define os serviços de engenharia.

Art. 6º, XXI, alínea "b": Define serviço especial de engenharia como aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a", como serviços comum de engenharia.

Art. 17, §2º: Dispõe que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Art. 28, II: Inclui a concorrência como modalidade de licitação.

Art. 29, parágrafo único: Define que o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Legais

5.8 A elaboração de projeto básico completo deverá atender aos seguintes requisitos legais:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei 5.194, de 24/12/1966 - Regula o exercício da profissão de engenheiro;
- Lei nº 6.496, DE 07 de dezembro de 1977: Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências.
- Lei 12.378, de 31/12/2010 - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022: Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia - IPP elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Normas da ABNT relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura objeto desta contratação, atualizadas, ou as normas internacionais consagradas na falta desta, em especial a ABNT NBR 9.050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, em sua versão mais atualizada;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020: Estabelece a utilização do **Building Information Modelling** na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do **Building Information Modelling** - Estratégia **BIM** BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.
- Decreto nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024: Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do **Building Information Modelling** no Brasil - Estratégia **BIM** BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do **Building Information Modelling** - **BIM** BR.
- Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985: Estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências.

5.9 CATSER 20060 - Elaboração / Análise Projeto - Engenharia.

Regime de execução

5.10 Os serviços serão executados pelo preço constante da proposta de preços da interessada, no regime de **empreitada por preço global**, o qual incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão. Assim, o valor contratado incluirá todos os custos necessários para a realização do objeto desta contratação, como mão de obra qualificada, equipamentos e materiais, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, despesas com impressões e emissões de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços.

5.10.1. As taxas relacionadas às aprovações/licenças nos órgãos oficiais (como Prefeitura Municipal, órgão ambiental, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos etc).

Sustentabilidade:

5.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.11.1. Na elaboração do Projeto Básico Completo devem ser atendidos os seguintes requisitos, não exaustivamente:

- a) Segurança;
- b) Funcionalidade e adequação ao interesse público;
- c) Economia na execução, conservação e operação;
- d) Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- e) Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- f) Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- g) Impacto ambiental.

5.11.2. Do mesmo modo, a Contratada deve, quando da elaboração do Projeto Básico Completo e nas demais peças técnicas compatíveis, levar em consideração os critérios e práticas sustentáveis apontadas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 2012:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Possibilidade de execução da obra, preferencialmente, com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

5.11.3. Quando da elaboração do Projeto Básico Completo e das demais peças técnicas compatíveis, a Contratada deve atender a Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG, nos seguintes aspectos:

- a) Desenvolvimento de arquitetura com aproveitamento de luz e ventilação natural;
- b) Uso de equipamentos de climatização mecânica ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes onde forem indispensáveis;

- c) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- d) Adotar preferencialmente lâmpadas em LED e luminárias de alto rendimento e eficiência;
- e) Possibilidade de implantação de sistema de solar fotovoltaico ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- f) Possibilidade de implantação de sistema solar fotovoltaico para geração de energia a ser consumida na unidade ou até mesmo em outras unidades;
- g) Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- h) Aproveitamento da água de chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- i) Avaliação da possibilidade de utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis e que reduzam a necessidade de manutenção.

5.11.4. Atender, quando da elaboração do Projeto Básico Completo e das demais peças técnicas compatíveis, a Portaria nº. 43, de 28/01/2009, do Ministério do Meio Ambiente, que veda a utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto e dos produtos que contenham estas fibras na execução de obras públicas;

5.11.5. Atender a Resolução nº. 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, no que for aplicável para licenciamento dos projetos nos órgãos, entidades e concessionárias de serviço público anuentes;

5.11.6. A contratação não envolverá mão de obra em regime continuado;

5.11.7. A contratação não envolverá mão de obra com dedicação exclusiva;

5.11.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato;

5.11.9. Priorizar a adoção de processos administrativos na sua forma eletrônica, onde os documentos deverão ser gerados e mantidos em sua forma digital e, com o objetivo de garantir a integridade deles e sua rastreabilidade, utilizar recursos tecnológicos de segurança da informação, objetivando reduzir o número de cópias e impressões em papel.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.12. Na presente contratação, não será admitida a indicação nos projetos de marca(s), modelo(s) ou característica(s) exclusiva(s), excepcionando essa regra apenas quando existir justificativa técnica e plausível comprovada nos autos do projeto.

Subcontratação

5.13 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos limites e condições expressamente previstos neste Termo de Referência, vedada a atuação do Contratado como mera intermediadora ou administradora do contrato, permanecendo sob sua responsabilidade direta a coordenação, supervisão técnica e entrega final dos serviços.

5.13.1 Será admitida, mediante prévia autorização do Contratante, a subcontratação do serviço de Inspeção Predial, por se tratar de atividade que demanda atuação especializada in loco, podendo envolver medições, levantamentos, utilização de equipamentos específicos e a realização de ensaios não destrutivos e/ou destrutivos, quando necessário. A autorização dessa subcontratação visa à promoção da economicidade e da eficiência na execução contratual, sem prejuízo da responsabilidade integral do Contratado.

5.13.2 Para a execução dos demais serviços, não se admite subcontratação. Fica facultado ao Contratado, contudo, vincular profissionais especializados por meio de contratos simples de prestação de serviços, exclusivamente para a elaboração de parcelas técnicas do objeto, o que não se caracteriza como subcontratação, nem implica transferência da execução contratual ou das responsabilidades legais e contratuais perante a Administração.

5.13.3 Em qualquer hipótese, ainda que haja subcontratação expressamente autorizada ou contratação de profissionais nos termos do subitem 4.12.2, a Contratada permanece como única responsável pela execução integral do objeto, inclusive pela compatibilização, coordenação técnica e validação dos produtos entregues, devendo assegurar o atendimento integral às exigências do Termo de Referência, notadamente aquelas relativas à adoção da metodologia BIM.

5.14 Em qualquer hipótese de subcontratação autorizada, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, inclusive quanto à qualidade, prazos e conformidade técnica dos serviços prestados.

5.15 A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa do Contratante, a quem caberá avaliar se o subcontratado atende aos requisitos de qualificação técnica necessários à execução da parcela do objeto a ser subcontratada.

5.16 O Contratado deverá apresentar à Administração a documentação comprobatória da capacidade técnica do subcontratado, a qual será analisada, aprovada e juntada aos autos do respectivo processo administrativo.

5.17 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica nas hipóteses previstas na legislação vigente, especialmente quando houver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como quando configuradas as hipóteses de parentesco até o terceiro grau, nos termos da lei.

Garantia da contratação

5.14. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois o objeto a ser contratado é um serviço de natureza intelectual, onde o que se considera para o atingimento dos resultados esperados está relacionado a entrega das peças técnicas, com o conhecimento e a experiência dos profissionais da empresa, sem o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, e não se vislumbra um grau de risco para prejuízos na execução do contrato que possa ser amparado por cláusula de garantia.

Vistoria

5.15. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços para participação na licitação.

5.15.1. Como o objeto é a elaboração de projetos e todas as informações necessárias serão fornecidas pela Administração, as empresas poderão efetuar suas propostas mesmo sem visitar o local.

5.13.2. Havendo interesse das licitantes em vistoriarem o prédio, o acesso será facultado, nas condições previstas no Edital.

Qualificação econômico-financeira

5.16. Será exigida certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.17. Na presente licitação, como se trata de um serviço de natureza intelectual, onde o que se considera para o atingimento dos resultados esperados é basicamente o conhecimento e a experiência dos profissionais da empresa, sem o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, **não será exigida** a comprovação de capital mínimo e/ou patrimônio líquido mínimo, uma vez que a situação econômica da empresa não é relevante para a execução dos serviços, e não há riscos de serem efetuados danos aos bens da Administração durante a execução do contrato.

Qualificação Técnica

5.18. **Registro da empresa no conselho profissional.** O objeto a ser licitado se enquadra nas atividades de serviços de engenharia e arquitetura, e, portanto, será necessário o registro da empresa no CREA e/ou CAU.

5.18.1. A licitante deverá apresentar registro junto ao CREA ou CAU da região competente, através da Certidão de Pessoa jurídica do CREA ou CAU, em plena validade. Ademais, a licitante poderá firmar declaração de que irá apresentar o registro no órgão de classe na localidade da execução dos serviços no prazo de 60 dias corridos da assinatura do contrato.

5.19. **Qualificação Técnico-operacional.** Na presente licitação, como se trata de um serviço de natureza intelectual, não será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional, uma vez que a relevância na seleção estará relacionada à capacitação do pessoal técnico, que será avaliada na fase de proposta técnica.

5.20. **Qualificação Técnico-profissional.** Na proposta técnica será exigida a apresentação de equipe técnica que irá realizar os serviços, sendo obrigatória a apresentação dos responsáveis pela atividade de coordenação e projeto de arquitetura.

5.20.1. Na presente licitação, a verificação da capacitação e da experiência do licitante deverá ser comprovada por meio de apresentação de atestados de projetos previamente realizados por sua equipe técnica.

5.20.2. Serão exigidos atestados relativos ao projeto de Arquitetura com modelagem BIM, para reforma de uma edificação com no mínimo 1000m² de área construída, e à atividade de Coordenação de projetos com uso da modelagem BIM para edificações com no mínimo 1000m² de área construída, devido a relevância técnica desses itens no Projeto Básico completo.

5.20.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão de contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano de início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

5.20.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do ANEXO VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

5.21. Será VEDADA a participação de consórcios. O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento de que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência especialmente para obras de grande vulto ou alta complexidade. Porém, o presente serviço é de custo relativamente baixo e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação, em prestígio aos princípios da economicidade e razoabilidade.

5.22. Será proibida a participação de cooperativas, pois os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Transferência de Conhecimento

5.23. Na presente contratação será assinado o Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O mercado de potenciais prestadores para execução de serviços de engenharia é bastante vasto, uma vez que as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são de domínio comum, conhecidas da grande maioria das empresas do ramo. Assim, não haverá exigências no instrumento convocatório que limitem além do ordinário a participação na licitação, visto que o objeto pleiteado se enquadra nas formas usuais de contratação e elaboração de projetos com o uso de modelagem BIM.

6.2. Ademais, foram consultados outros editais de processos de contratações semelhantes, como exemplo: UASG 170177 - Concorrência 90001/2024.

6.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Soluções de mercado

6.4. Cenário 1: Convênios com Universidades e Instituições de Pesquisa

6.4.1. Muitas universidades possuem núcleos de engenharia e inovação que realizam projetos em parceria com empresas e órgãos públicos. Essa parceria é altamente especializada para projetos que desativam inovação e responsabilidade técnica, ao mesmo tempo em que promovem economia e impacto social.

6.4.2. Desvantagens: A formalização de contratos ou acordos de cooperação técnica pode exigir trâmites demorados; Projetos acadêmicos seguem calendários acadêmicos, o que pode gerar atrasos na execução.

6.4.3. Conclusão: A parceria com universidades é uma excelente opção para projetos inovadores e de menor custo, mas deve ser avaliada conforme a urgência, complexidade e necessidade de garantia de execução. Se o projeto exige alta velocidade, prazos rígidos e responsabilidade contratual clara, pode ser necessário complementar a parceria com a contratação de empresas privadas para garantir uma entrega eficiente.

6.5. Cenário 2: Contratação Direta (Dispensa ou inexigibilidade de Licitação)

6.5.1. Aplicável quando há notória especialização da empresa ou profissional, ou quando o valor do serviço se enquadra nos limites legais para dispensa de licitação.

6.5.2. A elaboração de projetos de arquitetura e engenharia é um serviço especializado com um mercado vasto em potenciais fornecedores. As empresas licitantes já têm conhecimento das características usuais do objeto, e o mercado domina as técnicas de execução do objeto, prova disso foi a quantidade de empresas que apresentaram propostas no Pregão Eletrônico nº 90009 /2024 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), que foram 29 no total.

6.5.3. A estimativa de valor para a presente contratação é de **R\$ 264.694,76 (duzentos e sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos)** e, segundo entendimentos recentes do Tribunal de Contas da União (TCU), o serviço se amolda à definição de "serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", relacionados a trabalhos concernentes a "estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos", nos termos o art. 6º, inciso XVIII, alínea "a", da Lei nº 14.133, de 2021, o que possibilita a adoção do critério de julgamento de menor preço, por força do art. 37, §2º, do mesmo dispositivo legal, quando o valor estimado for inferior a R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos), mas não o libera da realização de licitação na modalidade Concorrência.

6.6. Cenário 3: Elaboração de projetos por engenheiros do quadro efetivo da Receita Federal

6.6.1. É cediço que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta. Como Execução Direta do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal etc. à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

6.6.2. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta. No caso específico da Receita Federal, sua atividade finalística está voltada para a administração tributária e aduaneira, fiscalização, arrecadação e controle de tributos e comércio exterior. Essas funções são incompatíveis com a execução direta de serviços de engenharia, pois exigem conhecimentos, estrutura e pessoal distintos dos necessários para obras e serviços de engenharia. Assim, seria inadequado desviar recursos e esforços para uma área que não faz parte das atribuições essenciais do órgão.

6.7. Cenário 4: Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) vigente

6.7.1. Após pesquisa no Portal de Compras do Governo Federal, não foi encontrada nenhuma ARP vigente que se mostrasse compatível com as necessidades do Órgão.

6.8. Cenário 5: Realização de Procedimento Licitatório

6.8.1. A realização de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na execução do serviço pretendido, dada a existência de inúmeras empresas que prestam serviços especializados de arquitetura e engenharia em geral.

6.8.2. Diante das necessidades e possibilidades vigentes, essa última se mostra, até o momento, a alternativa mais plausível a ser implementada. A grande competitividade envolvida em um procedimento licitatório torna possível a obtenção de uma melhor técnica a preço justo e vantajoso para a Administração.

6.8.3. A contratação pretendida alinha-se à política que o Governo Federal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

6.8.4. A contratação da execução indireta para a prestação dos serviços de arquitetura e engenharia, objeto desta demanda, tem suporte no § 1º, art. 3º do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro 2018:

"1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado".

6.8.5. A escolha desta solução justifica-se pelo fato de que o custo da contratação destes serviços de arquitetura e engenharia é economicamente muito mais viável do que a realização direta pelo órgão, conforme descrito acima.

6.8.6. Isto posto, fica demonstrado que a solução escolhida pela equipe de planejamento da contratação, com base no levantamento de mercado, é o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado. O tipo de solução reflete a abordagem escolhida pelo órgão para resolver o problema de negócio enfrentado.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução que atende os interesses da Administração é a seleção de pessoa jurídica habilitada e especializada em Arquitetura e/ou Engenharia, por meio da concorrência pública, na sua forma eletrônica, com o critério de julgamento "menor preço", visando a elaboração do projeto básico completo de reforma das instalações da DRF-FSA, cujo objeto deverá conter no mínimo os seguintes itens, todos elaborados com base nas boas práticas e no normativo legal e técnico, com uso da modelagem BIM:

a) Coordenação Geral dos Projetos: Responsável pela integração técnica e compatibilização entre diversas disciplinas envolvidas;

b) Inspeção Predial: Realização de vistoria técnica detalhada das edificações, com emissão de Laudo de Inspeção Predial, contendo diagnóstico das condições construtivas, estruturais, funcionais e de segurança;

c) Elaboração dos Projetos Técnicos, incluindo:

- Projeto Arquitetônico;
- Projeto de Instalações Hidrossanitárias;
- Projeto de Instalações Elétricas;
- Projeto de Instalações de Rede Lógica;
- Projeto de Instalações de Sistemas de Segurança Eletrônica;
- Projeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio;
- Projeto de Instalações de Climatização.

d) Orçamento Detalhado e Caderno de Encargos e Especificações: Composição do orçamento completo da obra, incluindo o cronograma físico-financeiro de execução. Elaboração do Caderno de Encargos e Especificações da obra de reforma, contendo as especificações técnicas, diretrizes executivas e critérios de desempenho.

7.2. Ainda sobre o projeto a ser contratado, por se tratar de uma necessidade de reforma sem ampliação, à luz do Decreto nº 10.306, de 02 de abril de 2020, e da Lei nº 14.133, de 2021, haverá a obrigatoriedade de utilização do *Building Information Modelling (BIM)*. A elaboração do modelo em BIM deverá atender aos requisitos dos incisos I e II do Art. 4º do Decreto nº 10.306, 2020.

7.3. Os projetos deverão atender a todos os requisitos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, da legislação complementar e das normas técnicas brasileiras, em nível de Projeto Básico Completo, conforme descrito no documento Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, a ser elaborado pela equipe técnica da SRRF05/Dipol, de modo a permitir a posterior contratação da reforma das instalações da DRF-FSA, por licitação.

7.4. O Projeto Básico Completo deverá ser composto pelos elementos mínimos, que estarão detalhadamente descritos no Termo de Referência e seus apêndices:

Coordenação do projeto

7.5. A coordenação do projeto deverá assegurar a comunicação eficaz entre os profissionais envolvidos, promovendo a integração das informações técnicas e a compatibilização entre as diversas disciplinas ao longo da elaboração do Projeto Básico Completo, incluindo o orçamento detalhado e o respectivo cronograma físico-financeiro.

7.5.1. Essa atividade será de responsabilidade do profissional técnico responsável pelo projeto arquitetônico, que atuará como coordenador geral desde as etapas iniciais — inspeção predial — até a conclusão dos projetos técnicos e da orçamentação. Caberá a esse profissional garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

7.5.2. A coordenação deverá contemplar:

- O controle da padronização dos elementos gráficos e informativos, incluindo pranchas, simbologias, numeração, referências e demais componentes técnicos;

- A integração e consistência dos documentos complementares, tais como laudos, memoriais descritivos, memórias de cálculo, caderno de encargos, especificações técnicas, normas de execução, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro;
- A interlocução direta com os representantes da Contratante, para esclarecimentos, obtenção de informações e validação das soluções propostas.

7.5.3. Será de responsabilidade do Coordenador a compatibilização de todos os projetos, incluindo a correção de eventuais inconsistências, mesmo após a entrega definitiva dos serviços. Ao final, todas as informações deverão estar consolidadas em um modelo único em BIM, contendo os dados necessários e suficientes para subsidiar a futura contratação do projeto executivo e da execução da obra de reforma.

7.5.4. A modelagem BIM deverá abranger os projetos de arquitetura e das disciplinas de engenharia: instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, rede lógica, segurança eletrônica, prevenção e combate a incêndio, e climatização.

O modelo deverá permitir:

- A geração da documentação gráfica;
- A detecção e revisão de interferências físicas e funcionais entre disciplinas;
- A extração de especificações e quantitativos de materiais e serviços, para fins de orçamentação, planejamento e controle da execução da obra.

7.5.5. A coordenação deverá observar, em suas versões mais atualizadas, as seguintes normativas e diretrizes técnicas:

- Decreto nº 10.306/2020 – Estabelece a aplicação do BIM no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 9.983/2019 – Institui a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (Estratégia BIM BR);
- ISO 19650 (Partes 1 a 5) – Gestão da informação com o uso de BIM ao longo do ciclo de vida da construção;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção;
- ABNT NBR ISO 12006-2 – Organização da informação da construção – Estrutura para classificação;
- ABNT NBR ISO 16739-1 – Industry Foundation Classes (IFC) – Interoperabilidade entre plataformas BIM;
- ABNT NBR ISO 16757-1 – Estruturas de dados para catálogos eletrônicos de produtos para sistemas prediais;
- ABNT NBR ISO 16354 – Diretrizes para bibliotecas de conhecimento e objetos BIM;
- ABNT NBR 16636-1 – Diretrizes para elaboração e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- Caderno de Requisitos Técnicos BIM (CRTBIM) – Diretrizes para estruturação de modelos BIM em projetos públicos. Os documentos que deverão compor a pasta de entrega serão:
- Relatórios de coordenação dos serviços e projetos, em formato PDF, assinados digitalmente;
- Modelo digital da edificação em formato .IFC (Industry Foundation Classes);
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), em formato PDF, assinados digitalmente.

Inspeção predial

7.6. A inspeção predial consiste no processo sistemático de avaliação das condições técnicas, de uso, operação, manutenção e funcionalidade das edificações e de seus subsistemas construtivos, com base em metodologia predominantemente sensorial e documental. Essa atividade visa identificar manifestações patológicas, falhas de desempenho e riscos potenciais, subsidiando a tomada de decisão quanto às intervenções necessárias no âmbito do Projeto Básico de reforma.

7.6.1. O serviço deverá resultar na elaboração de um Laudo de Inspeção Predial, no qual é consignado o desenvolvimento de cada uma das etapas da inspeção e de seus resultados, e deve conter um registro detalhado das ocorrências patológicas presentes no imóvel. O laudo deverá auxiliar para a indicação do tratamento necessário para cada uma das ocorrências patológicas presentes no imóvel.

7.6.2. Para casos mais específicos, onde haja a necessidade de aprofundamento de diagnóstico, deve-se emitir um laudo complementar para proceder a orientação técnica reparadora, e pode ser indicada a necessidade de contratação de serviços técnicos para aprofundamento de diagnóstico, ensaios e avaliações específicas.

7.6.3. A inspeção deverá considerar os requisitos de desempenho relacionados à:

- Segurança: estrutural, contra incêndio e no uso;
- Habitabilidade: estanqueidade, salubridade, conforto térmico e acústico;
- Sustentabilidade: durabilidade, manutenibilidade e eficiência operacional;
- Acessibilidade e funcionalidade dos espaços.

7.6.4. A execução da inspeção predial deverá observar, em suas versões mais atualizadas, as seguintes normas e diretrizes técnicas:

- ABNT NBR 16747 – Inspeção Predial – Diretrizes, Conceitos, Terminologia e Procedimento;
- ABNT NBR 5674 – Manutenção de Edificações – Requisitos para Sistemas de Gestão de Manutenção;
- ABNT NBR 16280 – Reforma em Edificações – Sistema de Gestão de Reformas;
- ABNT NBR 14037 – Diretrizes para Elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção das Edificações;
- Norma Técnica IBAPE – Inspeção Predial – Complementa a NBR 16747 com critérios metodológicos e classificações de risco e desempenho.

7.6.5. Os documentos que deverão compor a pasta de entrega serão:

- Laudo de Inspeção Predial, em formato PDF, assinado digitalmente;
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), em formato PDF, assinado digitalmente.

Projeto Arquitetônico

7.7. Na concepção arquitetônica para reforma da edificação, deverá ser realizado um levantamento cadastral contemplando a representação gráfica e digital das características físicas, geométricas e funcionais da edificação, do terreno e dos demais elementos construtivos e infraestruturais presentes no imóvel. A documentação deverá incluir informações sobre os materiais constituintes, sistemas construtivos e instalações existentes, com o devido detalhamento técnico.

7.7.1. O projeto arquitetônico da obra de reforma deverá contemplar todas as intervenções necessárias à requalificação funcional, estética e técnica do imóvel, sem ampliação da área construída. A elaboração do projeto deverá priorizar o reaproveitamento de materiais e equipamentos existentes em bom estado de conservação, promovendo a substituição daqueles que apresentem deterioração ou obsolescência, e considerando todas as ações corretivas necessárias para garantir a plena funcionalidade e conservação da edificação.

7.7.2. A modelagem deverá ser realizada com base na metodologia BIM (Building Information Modeling), assegurando a interoperabilidade entre disciplinas, a detecção de interferências, e a extração de dados confiáveis para as etapas subsequentes de especificação, orçamentação e planejamento da obra.

7.7.3. As diretrizes de projeto a serem observadas incluem:

- a) Reorganização do layout interno, com ambientes menos compartimentados e espaços compartilhados para servidores em regime de trabalho híbrido, conforme diretrizes da Portaria ME nº 19.385/2020;
- b) Revitalização da fachada, com correção de manifestações patológicas e aplicação de soluções estéticas e de identidade visual institucional;
- c) Indicação das soluções técnicas para tratamento das patologias construtivas identificadas;
- d) Indicação das soluções técnicas para intervenções necessárias na impermeabilização das edificações, abrangendo elementos como coberturas, reservatórios de água e demais locais pertinentes;
- e) Adequação das áreas comuns e de circulação às normas de acessibilidade, conforme ABNT NBR 9050;
- f) Revitalização completa dos sanitários, com substituição de revestimentos, louças, metais, bancadas e portas, incluindo adaptações para acessibilidade;
- g) Padronização de esquadrias, portas, acabamentos (piso, pintura, forro, rodapés) e comunicação visual, conforme o Manual de Identidade Visual da Receita Federal do Brasil;
- h) Tratamento paisagístico do pátio interno, com priorização de espécies nativas e regionais.

7.7.4. No decorrer da concepção, a contratada deverá consolidar todas as informações técnicas e documentais necessárias à regularização da edificação junto aos órgãos competentes, tais como a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBM-BA), o órgão ambiental local e as concessionárias de serviços públicos (energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário), quando aplicável.

7.7.5. A versão do projeto a ser submetida à aprovação deverá estar plenamente compatibilizada com as versões atualizadas e aprovadas das demais disciplinas técnicas. Caberá à Contratada a responsabilidade pelo protocolo, acompanhamento e atendimento às exigências dos órgãos licenciadores, bem como pela introdução de eventuais ajustes necessários à obtenção das licenças e autorizações exigidas para o desenvolvimento dos serviços contratados.

7.7.6. A aprovação do projeto legal não exime os autores técnicos das responsabilidades previstas nas normas técnicas, regulamentos e legislações profissionais vigentes. O pagamento de taxas e emolumentos decorrentes da tramitação e aprovação dos projetos será de responsabilidade da Administração.

7.7.7. A elaboração do projeto arquitetônico deverá observar, em suas versões mais atualizadas, as seguintes normas e diretrizes técnicas:

- Código de Obras e Edificações do Município de Feira de Santana;
- Normativas técnicas do CBM-BA – Segurança contra incêndio e pânico;
- Normas dos órgãos ambientais locais e regionais;
- Normas técnicas das concessionárias locais de energia, água e esgoto;
- Manual de Identidade Visual da RFB;
- Portaria ME nº 19.385/2020 – Estabelece diretrizes para ocupação e dimensionamento de ambientes;
- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 10126, 10067, 8196, 8402, 8403, 12298 – Normas complementares de desenho técnico, cotação, escalas, hachuras e representação gráfica;
- ABNT NBR 16636-1 e 16636-2 – Diretrizes para elaboração e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos, incluindo fases, responsabilidades e entregáveis;
- ABNT NBR 5674 – Manutenção de edificações;
- ABNT NBR 16280 – Reforma em edificações;
- ABNT NBR 13755 – Revestimentos cerâmicos de fachadas;
- ABNT NBR 9575 – Projeto de impermeabilização;
- ABNT NBR 9574 – Execução de impermeabilização;
- ABNT NBR 6492 – Representação gráfica de projetos de arquitetura;
- ABNT NBR ISO 16739-1:2021 – Industry Foundation Classes (IFC);
- ABNT NBR ISO 12006-2 – Organização da informação da construção – Estrutura para classificação;
- ABNT NBR ISO 16354 – Diretrizes para bibliotecas de objetos e conhecimento;
- ABNT NBR ISO 16757-1 – Estruturas de dados para catálogos eletrônicos de produtos prediais;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção;
- ISO 19650 (Partes 1 a 5) – Gestão da informação com o uso de BIM;
- Decreto nº 10.306/2020 – Estabelece a aplicação do BIM no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 11.888/2024 – Amplia a obrigatoriedade do BIM em projetos públicos;
- Caderno de Requisitos Técnicos BIM (CRTBIM) – Diretrizes para estruturação de modelos BIM em projetos públicos.
- Manual de Impermeabilização do IBI (Instituto Brasileiro de Impermeabilização) – Diretrizes práticas e recomendações de boas práticas. Os documentos que deverão compor a pasta de entrega serão:
- Plantas de situação e localização, plantas baixas, fachadas, cortes, vistas e detalhes técnicos, em formatos .dwg e .pdf (assinados digitalmente);
- Memorial técnico contendo definições, especificações, cálculos e referências normativas, em formato .pdf (assinado digitalmente);
- Modelo digital da edificação em formato .IFC (Industry Foundation Classes);
- Maquete eletrônica ilustrativa em formato .jpeg;
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), em formato .pdf (assinado digitalmente);
- Checklist e cópias de protocolos, e relatórios de análise e aprovação, em formato .pdf (assinado digitalmente);

Projeto de Instalações Hidrossanitárias

7.8. Considerando o avançado estado de deterioração das redes hidrossanitárias existentes, o projeto deverá contemplar a substituição integral das instalações, abrangendo os sistemas de água fria, esgoto sanitário e drenagem pluvial. As novas redes deverão ser projetadas com a utilização de materiais em PVC, conforme as boas práticas de engenharia e as normas técnicas vigentes.

7.8.1. O escopo do projeto deverá incluir:

- Rede de água fria: dimensionada para o abastecimento eficiente dos pontos de consumo localizados em sanitários, copa, bebedouros e pontos estratégicos no pátio interno, destinados à jardinagem, limpeza e conservação das áreas comuns;
- Sistema de bombeamento e reservatórios: revisão e adequação das instalações existentes, de modo a garantir compatibilidade com as novas redes e atender à demanda hidráulica projetada;
- Rede de esgoto sanitário: projetada para conduzir os efluentes às caixas de inspeção existentes no pátio interno, ou a novas unidades, caso seja constatada a necessidade de substituição por motivos de desempenho ou comprometimento estrutural;

- Rede de drenagem pluvial: dimensionada para o escoamento seguro das águas provenientes da precipitação pluviométrica incidente sobre coberturas e áreas descobertas, bem como da água de condensação gerada pelos sistemas de climatização. A rede deverá ser interligada às caixas de drenagem existentes ou substituídas, conforme avaliação técnica.

7.8.2. Sempre que necessário, o projeto deverá ser submetido à aprovação dos órgãos competentes, incluindo a prefeitura municipal, o órgão ambiental e as concessionárias locais de abastecimento de água e coleta de esgoto.

7.8.3. O projeto deverá ser desenvolvido em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- ABNT NBR 5626 – Instalações prediais de água fria – Projeto, execução e manutenção;
- ABNT NBR 8160 – Instalações prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
- ABNT NBR 10844 – Instalações prediais de águas pluviais – Projeto e execução;
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção;
- Normas da concessionária local (quando aplicável).

7.8.4. Os documentos que deverão compor a pasta de entrega serão:

- Plantas baixas, cortes, vistas e detalhes construtivos, nos formatos .dwg e .pdf, com assinatura digital;
- Memorial descritivo contendo definições técnicas, justificativas de projeto, cálculos hidráulicos, especificações de materiais e referências normativas, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Modelo tridimensional da edificação no formato .IFC (Industry Foundation Classes), compatível com plataformas BIM;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Checklist e cópias de protocolos, e relatórios de análise e aprovação, em formato .pdf (assinado digitalmente).

Projeto de Instalações Elétricas

7.9. O projeto de instalações elétricas deverá contemplar a adequação dos pontos de iluminação e força ao novo leiaute arquitetônico, bem como às demandas decorrentes da integração com outras disciplinas técnicas, tais como os sistemas de climatização, rede lógica, e instalações de prevenção e combate ao incêndio. Para este último sistema, as redes de iluminação de emergência, e detecção e alarme de incêndio, deverão compor o projeto de reforma das instalações elétricas. No geral, os circuitos terminais e suas respectivas proteções deverão ser redimensionados conforme os novos requisitos de carga e segurança.

7.9.1. Todos os componentes das instalações elétricas que apresentarem desgaste, obsolescência, ou não conformidade com as normas técnicas vigentes, deverão ser substituídos. As alimentações dos quadros de distribuição, bem como os elementos que compõem o padrão de entrada e a subestação abrigada existente, deverão ser avaliados quanto ao seu estado de conservação e à compatibilidade com as modificações propostas nos circuitos terminais de cada pavimento.

7.9.2. Considerando o comprometimento do estado de conservação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) atualmente instalado, o projeto deverá prever a substituição integral do sistema nas duas edificações, assegurando sua compatibilidade e integração com os demais projetos complementares, especialmente os de instalações elétricas e fotovoltaicas. A concepção do novo sistema deverá atender aos critérios de segurança, desempenho e durabilidade, contemplando os subsistemas de captação, descida, aterramento e equipotencialização, conforme as exigências normativas. Deverá também considerar a análise de risco para definição do nível de proteção adequado, conforme metodologia estabelecida pela norma técnica vigente.

7.9.3. O projeto de instalações elétricas deverá ser composto também por um estudo de viabilidade técnica e econômica para a implantação de um sistema de geração de energia fotovoltaica, com base no histórico de consumo médio mensal de energia elétrica da unidade da DRF-FSA. Confirmada a viabilidade técnica, as coberturas das duas edificações poderão ser utilizadas como áreas de instalação dos módulos fotovoltaicos, respeitando critérios de orientação, inclinação, sombreamento e carga estrutural admissível.

7.9.4. O sistema de geração de energia fotovoltaica deverá ser projetado para operação em regime de geração distribuída, com conexão à rede elétrica interna da edificação e posterior homologação junto à concessionária local de energia elétrica. O projeto deverá prever a integração plena com o sistema elétrico predial, incluindo dispositivos de proteção, inversores, quadros de interligação e sistemas de monitoramento de desempenho, considerando a interligação segura e eficiente entre os sistemas. Deverão ser revisados e incorporados à rede os sistemas de suprimento e condicionamento de energia, tais como estabilizadores, nobreaks e grupos geradores. Parte da instalação elétrica deverá dispor de energia estabilizada, conforme as diretrizes estabelecidas no Manual – GT Infraestrutura Elétrica e Lógica, da Receita Federal do Brasil (RFB).

7.9.5. Na concepção do projeto, deverão ser priorizadas soluções, materiais e equipamentos que promovam a eficiência energética e a durabilidade dos componentes, visando à redução do consumo de energia elétrica e à sustentabilidade da edificação. O projeto de reforma das instalações elétricas deverá ser submetido à aprovação da concessionária local de energia elétrica, conforme exigências regulatórias.

7.9.6. O projeto deverá ser desenvolvido em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão – Projeto e execução;
- ABNT NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão – Projeto e execução;
- ABNT NBR ISO 8528 – Grupos geradores de corrente alternada – Requisitos gerais;
- ABNT NBR 15204 – Fontes de alimentação ininterrupta (nobreaks);
- ABNT NBR 5419 (todas as partes) – Proteção contra descargas atmosféricas;
- ABNT NBR 5413 – Iluminância de interiores – Níveis mínimos de iluminamento;
- ABNT NBR 16775 – Eficiência energética em edificações – Requisitos para projetos de instalações elétricas;
- ABNT NBR 16690 – Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos – Requisitos de projeto e execução;
- ABNT NBR 16785 – Sistemas fotovoltaicos – Requisitos para conexão à rede elétrica de distribuição;
- ABNT NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão;
- ABNT NBR 17240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos de projeto e instalação;
- ABNT NBR ISO 50001 – Sistemas de gestão de energia – Requisitos com orientações para uso;
- Normas técnicas e procedimentos da concessionária local de energia elétrica (quando aplicável);
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção;
- Manual – GT Infraestrutura Elétrica e Lógica, da Receita Federal do Brasil.
- Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023 – Regras para micro e minigeração distribuída. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:
 - Plantas baixas, cortes, vistas e detalhes construtivos, nos formatos .dwg e .pdf, com assinatura digital;
 - Memorial descritivo contendo definições técnicas, justificativas de projeto, cálculos de demanda e dimensionamento, especificações de materiais e equipamentos, e referências normativas, em formato .pdf, com assinatura digital;
 - Modelo tridimensional da edificação no formato .IFC (Industry Foundation Classes), compatível com plataformas BIM;
 - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital;
 - Checklist e cópias de protocolos, e relatórios de análise e aprovação, em formato .pdf (assinado digitalmente).

Projeto de Instalações de Rede Lógica

7.10. O projeto de rede lógica deverá ser desenvolvido em conformidade com o novo leiaute arquitetônico proposto, considerando a redistribuição das estações de trabalho, a previsão de pontos para telefonia VoIP e a integração com os demais sistemas prediais, especialmente as instalações elétricas e de energia estabilizada.

7.10.1. A proposta técnica deverá contemplar soluções que atendam integralmente aos padrões de infraestrutura estabelecidos pela Receita Federal do Brasil (RFB), conforme diretrizes do Manual – GT Infraestrutura Elétrica e Lógica. Todos os componentes da rede que apresentarem desgaste, obsolescência ou não conformidade com as normas técnicas vigentes, deverão ser substituídos.

7.10.2. O projeto deverá prever a infraestrutura necessária para cabeamento estruturado, incluindo caminhos e espaços adequados, pontos de acesso, racks, patch panels, tomadas de telecomunicações e demais elementos compatíveis com as categorias de desempenho exigidas. A distribuição lógica deverá garantir flexibilidade, escalabilidade e desempenho, com atenção à segregação de redes, redundância e organização dos sistemas.

7.10.3. O projeto deverá ser desenvolvido em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- Manual – GT Infraestrutura Elétrica e Lógica, da Receita Federal do Brasil;
- ABNT NBR 14565 – Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers – Projeto e instalação;
- ABNT NBR 16415 – Caminhos e espaços para cabeamento estruturado – Projeto e execução;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão – Para integração com os sistemas de energia;
- ABNT NBR ISO/IEC 11801 (todas as partes) – Tecnologia da informação – Cabeamento genérico para clientes;
- ABNT NBR ISO/IEC 14763-2 – Planejamento e práticas de instalação de cabeamento estruturado;
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção.

7.10.4. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:

- Plantas baixas, cortes, vistas e detalhes construtivos, nos formatos .dwg e .pdf, com assinatura digital;
- Memorial descritivo contendo definições técnicas, critérios de projeto, especificações dos materiais e equipamentos, cálculos de dimensionamento e referências normativas, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Modelo tridimensional da edificação no formato .IFC (Industry Foundation Classes), compatível com plataformas BIM;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital.

Projeto de Instalações de Sistemas de Segurança Eletrônica

7.11. O projeto de instalações de sistemas de segurança eletrônica deverá apresentar soluções técnicas fundamentadas nas tecnologias mais atuais e nas melhores práticas do setor, considerando critérios de desempenho, confiabilidade, escalabilidade e custo-benefício. O escopo mínimo do projeto deverá contemplar os seguintes subsistemas:

- a) Sistema de alarme de intrusão;
- b) Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com gravação local e possibilidade de monitoramento remoto;
- c) Sistema de controle de acesso físico.

7.11.1 As soluções adotadas deverão ser plenamente integradas entre si e compatibilizadas com os projetos de rede lógica e instalações elétricas, garantindo interoperabilidade, segurança e eficiência operacional.

7.11.2. No caso do sistema de CFTV, deverão ser priorizados os seguintes pontos de monitoramento: acessos principais e secundários ao edifício, áreas de estacionamento e garagem de veículos oficiais, acessos a depósitos, circulações internas e externas, bem como quaisquer outros ambientes que demandem vigilância eletrônica.

7.11.3. O projeto deverá atender aos padrões de infraestrutura definidos pela Receita Federal do Brasil (RFB), conforme estabelecido no Manual – GT Infraestrutura Elétrica e Lógica, e deverá prever a infraestrutura necessária para cabeamento estruturado, dispositivos ativos e passivos, pontos de rede, fontes de alimentação e sistemas de armazenamento de imagens.

7.11.4. O projeto deverá ser desenvolvido em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- Manual – GT Infraestrutura Elétrica e Lógica, da Receita Federal do Brasil;
- ABNT NBR 14565 – Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers – Projeto e instalação;
- ABNT NBR 16415 – Caminhos e espaços para cabeamento estruturado – Projeto e execução;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão – Para integração com os sistemas de energia;
- ABNT NBR ISO/IEC 11801 (todas as partes) – Tecnologia da informação – Cabeamento genérico para clientes;
- ABNT NBR ISO/IEC 62676 (série) – Sistemas de videomonitoramento para uso em aplicações de segurança;
- ABNT NBR ISO/IEC 27001 – Sistemas de gestão de segurança da informação (quando aplicável);
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção.

7.11.5. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:

- Plantas baixas, cortes, vistas e detalhes construtivos, nos formatos .dwg e .pdf, com assinatura digital;
- Memorial descritivo contendo definições técnicas, critérios de projeto, cálculos de cobertura e dimensionamento, especificações dos equipamentos e referências normativas, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Modelo tridimensional da edificação no formato .IFC (Industry Foundation Classes), compatível com plataformas BIM;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital.

Projeto de Instalações de Prevenção e Combate ao Incêndio

7.12. O projeto de instalações de prevenção e combate ao incêndio deverá ser desenvolvido em conformidade com o novo leiaute arquitetônico e a setorização proposta, assegurando plena compatibilidade com os demais projetos integrantes do Projeto Básico, tais como os de instalações hidrossanitárias, elétricas, rede lógica e segurança eletrônica.

7.12.1. Deverão ser descritas e especificadas todas as características das áreas protegidas, bem como os equipamentos e sistemas a serem instalados, incluindo, mas não se limitando a:

- Sistema de hidrantes;
- Extintores portáteis;
- Iluminação de emergência;
- Sinalização de emergência;
- Sistema de alarme de incêndio;
- Saídas de emergência e rotas de evacuação.

7.12.2. Sempre que possível, os equipamentos e instalações existentes nas duas edificações deverão ser reaproveitados, desde que estejam em bom estado de conservação e em conformidade com as normas técnicas vigentes. Componentes que não atendam a esses critérios deverão ser substituídos.

7.12.3. A classificação da edificação, conforme risco e ocupação, deverá orientar o dimensionamento dos sistemas e a escolha dos equipamentos, respeitando as exigências do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBM-BA) e demais órgãos competentes.

7.12.4. O projeto deverá ser desenvolvido em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- ABNT NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios – Requisitos;
- ABNT NBR 12693 – Sistemas de proteção por extintores de incêndio – Projeto, instalação e manutenção;
- ABNT NBR 13714 – Sistemas de hidrantes e mangotinhos – Projeto e execução;
- ABNT NBR 14100 – Proteção contra incêndio – Símbolos gráficos para projetos;
- ABNT NBR 17240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos de projeto e instalação;
- ABNT NBR 17193 – Segurança contra incêndio em sistemas fotovoltaicos;
- Normas e legislação vigente do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBM-BA);
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão – Para integração com sistemas de alarme e iluminação de emergência;
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção.

7.12.5. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:

- Plantas baixas, cortes, vistas e detalhes construtivos, nos formatos .dwg e .pdf, com assinatura digital;
- Memorial descritivo contendo definições técnicas, classificação da edificação, cálculos de dimensionamento, especificações dos equipamentos e referências normativas, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Modelo tridimensional da edificação no formato .IFC (Industry Foundation Classes), compatível com plataformas BIM;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Checklist e cópias de protocolos, e relatórios de análise e aprovação, em formato .pdf (assinado digitalmente).

Projeto de Instalações de Climatização

7.13. O projeto de climatização deverá propor uma solução técnica eficiente e integrada para o condicionamento térmico dos ambientes internos da edificação, considerando o novo leiaute arquitetônico e a setorização funcional dos espaços. A escolha do sistema deverá ser fundamentada em estudo de viabilidade técnica e econômica, priorizando alternativas que assegurem elevado desempenho energético, conforto térmico, facilidade de manutenção e compatibilidade estética com a edificação.

7.13.1. Entre as soluções possíveis, poderão ser considerados sistemas do tipo split, VRF (Fluxo de Refrigerante Variável), bem como sistemas de ventilação e exaustão mecânica, conforme as características e exigências de cada ambiente. A proposta deverá contemplar a integração com os demais projetos complementares e arquitetura.

7.13.2. Destaca-se que a atual solução, baseada em unidades isoladas do tipo split, apresenta limitações estéticas, uma vez que as fachadas não dispõem de estrutura padronizada para suporte das unidades condensadoras. Caso essa solução seja mantida, o projeto arquitetônico deverá prever a padronização e integração visual dos suportes nas fachadas das duas edificações.

7.13.3. O projeto deverá ser desenvolvido em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- ABNT NBR 16401 (todas as partes) – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários – Projeto, execução e manutenção;
- ABNT NBR 17037 – Qualidade do ar interior – Parâmetros de conforto térmico e qualidade do ar em ambientes climatizados;
- Portaria MS nº 3.523/1998 – Procedimentos para garantia da qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão – Para integração com os sistemas de climatização;
- ABNT NBR ISO 50001 – Sistemas de gestão de energia – Requisitos com orientações para uso;
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;

- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção.

7.13.4. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:

- Plantas baixas, cortes, vistas e detalhes construtivos, nos formatos .dwg e .pdf, com assinatura digital;
- Memorial descritivo contendo definições técnicas, justificativas de projeto, cálculos de carga térmica, especificações dos equipamentos e referências normativas, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Modelo tridimensional da edificação no formato .IFC (Industry Foundation Classes), compatível com plataformas BIM;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital.

Orçamento e Caderno de Encargos e Especificações

7.14. Caderno de Encargos e Especificações

7.14.1. O Caderno de Encargos deverá reunir, de forma clara, precisa e tecnicamente fundamentada, todas as informações, diretrizes e normas necessárias à execução dos serviços previstos no Projeto Básico. Esse documento deverá detalhar os procedimentos construtivos, os critérios de medição e pagamento, bem como as especificações técnicas de materiais, equipamentos e métodos executivos aplicáveis a cada etapa da obra.

7.14.2. As informações contidas no Caderno de Encargos deverão estar plenamente compatibilizadas com os projetos, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e demais peças técnicas integrantes do Projeto Básico, assegurando coerência entre o planejamento, a execução e o controle da obra.

7.14.3. O conteúdo do Caderno de Encargos será fundamental para a definição das premissas de composição dos serviços orçamentários, devendo estabelecer, para cada item descrito, os critérios de quantificação e medição a serem adotados, com a devida referência aos itens correspondentes da planilha orçamentária.

7.14.4. A elaboração do documento deverá observar os conceitos e metodologias estabelecidos pelo SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, com base no Manual de Metodologias e Conceitos e nos Cadernos Técnicos de Composições de Serviços, em suas versões mais atualizadas.

7.14.5. O Caderno de Encargos deverá ser elaborado em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atuais, além de outras aplicáveis e correlatas:

- Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI – Critérios para composição de custos e serviços;
- Cadernos Técnicos de Composições de Serviços do SINAPI – Critérios de quantificação e medição;
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM) na execução de obras públicas;
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção.

7.14.6. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:

- Caderno de Encargos, em formato .pdf, com assinatura digital;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital.

7.15. Orçamento Detalhado e Cronograma Físico Financeiro

7.15.1. O orçamento completo da obra deverá ser elaborado com rigor técnico, clareza metodológica e plena compatibilidade com os projetos e demais peças técnicas do Projeto Básico. Sua estrutura deverá contemplar os seguintes componentes:

- Metodologia de elaboração orçamentária;
- Memorial de cálculo dos quantitativos de todos os serviços;
- Planilha do orçamento sintético;
- Planilha do orçamento analítico;
- Cronograma físico-financeiro;
- Curva ABC de serviços;
- Curva ABC de insumos;
- Planilha de encargos sociais;
- Planilha de composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- Cotações utilizadas como referência de preços.

7.15.2. A elaboração da planilha orçamentária deverá observar as recomendações mais recentes da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), incluindo súmulas, acórdãos e orientações técnicas, especialmente aquelas voltadas à transparência, consistência e justificativa dos custos unitários e globais.

7.15.3. O cronograma físico-financeiro deverá ser compatível com o planejamento executivo da obra, refletindo a distribuição temporal das atividades e dos desembolsos previstos, com base nos quantitativos e nas composições de serviços adotadas.

7.15.4. O orçamento detalhado e o cronograma físico-financeiro deverão ser elaborados em conformidade com as seguintes normas e diretrizes técnicas, em suas versões mais atualizadas, além de outras aplicáveis e correlatas:

- ABNT NBR 12721 – Avaliação de custos de construção para incorporação imobiliária;
- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto Federal nº 7.983/2013 – Estabelece regras e critérios para elaboração de orçamentos de obras públicas;
- Acórdão TCU nº 2622/2013 – Referência para composição do BDI;
- Súmula TCU nº 258 – Critérios para elaboração de planilhas orçamentárias;
- Cartilha do TCU – Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas;
- Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;
- Cadernos Técnicos de Composições de Serviços do SINAPI – Critérios de quantificação e medição;
- Código Tributário do Município de Feira de Santana/BA – Para definição de encargos e tributos incidentes;
- Decreto Federal nº 10.306/2020 – Estabelece diretrizes para a adoção do Building Information Modeling (BIM);
- ISO 19650 – Gestão da informação ao longo do ciclo de vida da construção utilizando BIM;
- ABNT NBR 15965 (todas as partes) – Sistema de classificação da informação da construção.

7.15.5. A documentação técnica a ser apresentada deverá conter:

- Orçamento completo, nos formatos .xlsx e .pdf, com assinatura digital;
- Cronograma físico-financeiro, nos formatos .xlsx, .mpp e .pdf, com assinatura digital;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme aplicável, em formato .pdf, com assinatura digital.

Vigência do contrato

7.16. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas no Contrato.

7.17. O edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

Da Ordem de Serviço

7.18. A Ordem de Serviço será emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

Cronograma de Fases e Entregas

7.19. Para o recebimento e pagamento das entregas parciais, e final, referentes ao objeto contratado, com base em um sequenciamento lógico das atividades, foi elaborado um cronograma com indicação do percentual de incidência financeira correspondente a cada fase discriminada no quadro abaixo:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO													
Etapas	Item	Serviços	Preço (R\$)	Fase 1 (30 dias)		Fase 2 (30 dias)		Fase 3 (30 dias)		Fase 4 (30 dias)		Fase 5 (30 dias)	
				%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$

1 - Coordenação	1.1	Coordenação Geral de Projetos	25.021,45	10%	2.502,15	20%	5.004,29	20%	5004,29	20%	5.004,29	30%	7.506,44
2 - Serviços Preliminares	2.1	Inspeção Predial	18.958,60	100%	18.958,60								
3 - Arquitetura	3.1	Projeto Arquitetônico	90.357,30			20%	18.071,46	70%	63.250,11			10%	9.035,73
4 - Engenharia	4.1	Projeto de Instalações Hidrossanitárias	26.680,05							90%	24.012,04	10%	2.668,00
	4.2	Projeto de Instalações Elétricas	27.928,62							90%	25.135,76	10%	2.792,86
	4.3	Projeto de Instalações de Rede Lógica	11.500,02							90%	10.350,02	10%	1.150,00
	4.4	Projeto de Instalações de Sistemas de Segurança Eletrônica	8.000,00							90%	7.200,00	10%	800,00
	4.5	Projeto de Instalações de Prevenção e Combate ao Incêndio	17.477,23							90%	15.729,51	10%	1.747,72
	4.6	Projeto de Instalações de Climatização	16.428,60							90%	14.785,74	10%	1.642,86
5 - Caderno de Encargos e Custos	6.2	Orçamento e Especificações	22.342,89									100%	22.342,89
Total (R\$)			264.694,76		21.460,75		23.075,75		68.254,40		102.217,35		49.686,51

Entregas da 1ª Fase (prazo de 30 dias)

7.20. Coordenação do Projeto:

7.20.1. Esta atividade abrange a integração e a compatibilização das informações constantes nos documentos entregues nesta etapa. Ao término da fase, o coordenador deverá apresentar, juntamente com os materiais correspondentes às entregas previstas, um relatório circunstanciado, contendo a descrição detalhada das atividades executadas, bem como observações técnicas pertinentes.

7.20.2. Compete ainda ao coordenador a mediação das demandas formuladas pelo corpo técnico da Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo solicitações de ajustes, aprimoramentos e ratificações nos materiais entregues.

7.20.3. A aceitação dos serviços estará condicionada à entrega e à aprovação, por parte da equipe técnica da RFB, de todos os produtos previstos nesta fase, incluindo o relatório circunstanciado elaborado pelo coordenador.;

7.21. Inspeção Predial

7.21.1. A entrega referente à Inspeção Predial consiste na realização de vistoria técnica in loco, com o objetivo de verificar e documentar o estado atual de conservação do imóvel. O laudo técnico de inspeção deverá conter informações claras e suficientes para permitir a adequada compreensão das condições das duas edificações e de seus respectivos sistemas e componentes construtivos.

7.21.2. O documento deverá identificar eventuais anomalias relacionadas à estabilidade estrutural, bem como todas as manifestações patológicas observadas, localizando-as nos seguintes elementos: fundações, estruturas, alvenarias, revestimentos, pisos, escadas, forros, esquadrias, ferragens, metais, pinturas, entre outros.

7.21.3. Além disso, o laudo deverá indicar os procedimentos corretivos recomendados para cada ocorrência, fundamentados nas normas técnicas vigentes e nas boas práticas da engenharia.

Entregas da 2ª Fase (prazo de 30 dias)

7.22. Coordenação do Projeto:

7.22.1. Esta atividade contempla a integração e a compatibilização das informações constantes nos documentos produzidos nesta etapa. Ao final da fase, o coordenador deverá apresentar, juntamente com os materiais correspondentes às entregas previstas, um relatório circunstanciado, contendo a descrição minuciosa das atividades executadas, bem como observações técnicas relevantes.

7.22.2. Compete ainda ao coordenador a mediação das solicitações formuladas pelo corpo técnico da Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo ajustes, aprimoramentos e ratificações nos materiais entregues.

7.22.3. Além do relatório, deverá ser entregue o modelo BIM atualizado, consolidando todas as informações técnicas pertinentes e suficientes resultantes desta fase. A aceitação dos serviços estará condicionada à entrega e à aprovação, por parte da equipe técnica da RFB, de todos os produtos previstos, incluindo o relatório circunstanciado.

7.23. Projeto Arquitetônico (Levantamento Cadastral)

7.23.1. Consiste na elaboração de representação gráfica precisa e detalhada das características físicas e geométricas da edificação, do terreno e dos demais elementos presentes na área de estudo. O levantamento deverá contemplar:

a) Planta de Situação/Locação - Representação da implantação da edificação no terreno e sua inserção na malha urbana, em escala 1:500 ou 1:1000, contendo:

- Endereço completo, denominação e largura das vias públicas;
- Área do terreno, área construída e projeção da edificação;
- Amarração da edificação ao terreno, com cotas e ângulos;
- Orientação magnética;
- Representação de jardins, gramados e arborização.

b) Planta Baixa - Representação horizontal da compartimentação interna, em escala 1:100, contendo:

- Denominação e numeração dos ambientes;
- Dimensões internas e externas, espessura de paredes, amarração de vãos;
- Codificação de elementos construtivos (janelas, gradis, sacadas etc.);
- Representação de escadas, soleiras, passeios e áreas;
- Identificação de elementos estruturais, materiais e revestimentos;
- Projeção de elementos acima da seção convencional (ex: caixa d'água).

c) Fachadas - Representação dos planos verticais externos, em escala 1:100, com:

- Indicação de todos os elementos arquitetônicos e estruturais;
- Especificação de materiais, cores e tipos de acabamento.

d) Cortes - Representações verticais da edificação (mínimo de 4 cortes: 2 transversais e 2 longitudinais), em escala 1:100, contendo:

- Elementos estruturais, instalações, revestimentos e equipamentos;
- Cotas de níveis, pés-direitos, entresos, escadas e platibandas;
- Dimensões de beirais, telhados, inclinações e armações;
- Indicação de instalações elétricas e hidráulicas com cotas;
- Especificação de acabamentos e cores.

e) Planta de Cobertura - Representação da cobertura, em escala 1:100, incluindo:

- Telhados, marquises, terraços e demais elementos;
- Sentido das declividades, pontos de drenagem e inclinações;
- Dimensões dos beirais e medidas totais.

f) Documentação Fotográfica - Complementa a compreensão da edificação e registra seu estado anterior à intervenção:

- Externas: vistas do entorno, fachadas, muros, jardins, coberturas e detalhes;
- Internas: ambientes com alterações, áreas lesionadas, elementos decorativos e demais aspectos relevantes.

7.24. Projeto Arquitetônico (Anteprojeto)

7.24.1. Nesta etapa, deverá ser realizado o levantamento dos quantitativos de Posto de Trabalho Integral e Reduzido, com base na ocupação atual do imóvel, utilizando dados extraídos do sistema SA3. As informações devem ser organizadas em uma lista de ambientes, contendo:

- Área estimada;
- Capacidade de ocupação;
- Classificação conforme a Portaria ME nº 19.385/2020 (Escritório, Apoio, Técnica ou Específica);
- Particularidades como proximidade funcional, restrições de acesso e configurações específicas.
- Caso o índice de ocupação calculado ultrapasse o limite de 12 m² por posto de trabalho, conforme estabelecido na referida portaria, a contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, para que sejam adotadas as providências previstas no §1º do Art. 27 da Portaria ME nº 19.385/2020.
- Deverão ser entregues pranchas e memoriais descritivos com nível de detalhamento suficiente para a compreensão geral das intervenções propostas, incluindo alternativas para análise e aprovação da equipe técnica da RFB. Os desenhos devem conter planta baixa com ambientação, cobertura, cortes, fachadas e demais elementos pertinentes.

7.25. Projeto Arquitetônico (Projeto Legal)

7.25.1. Com base nas intervenções previstas no anteprojeto arquitetônico, deverá ser elaborado um relatório técnico contendo:

- Levantamento de todas as licenças e autorizações necessárias para a aprovação dos projetos e início das obras;
- Relação dos documentos exigidos por cada órgão competente;
- Organização e anexação da documentação já disponível em pasta específica.

7.25.2. O Projeto Legal deverá estar plenamente coordenado com o anteprojeto de arquitetura e ser entregue em pranchas e memoriais técnicos, com informações suficientes para análise da viabilidade técnica e obtenção das aprovações legais.

Entregas da 3ª Fase (prazo de 30 dias)

7.26. Coordenação do Projeto

7.26.1. Esta atividade contempla a integração e a compatibilização das informações constantes nos documentos produzidos nesta etapa. Ao final da fase, o coordenador deverá apresentar, juntamente com os materiais correspondentes às entregas previstas, um relatório circunstanciado, contendo a descrição detalhada das atividades executadas, bem como observações técnicas pertinentes.

7.26.2. Compete ainda ao coordenador a mediação das solicitações formuladas pelo corpo técnico da Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo ajustes, aprimoramentos e ratificações nos materiais entregues.

7.26.3. Além do relatório, deverá ser entregue o modelo BIM atualizado, consolidando todas as informações técnicas necessárias e suficientes resultantes desta fase. A aceitação dos serviços estará condicionada à entrega e à aprovação, por parte da equipe técnica da RFB, de todos os produtos previstos, incluindo o relatório circunstanciado.

7.27. Projeto Arquitetônico

7.27.1. Nesta etapa, deverá ser desenvolvido o detalhamento da alternativa de projeto previamente aprovada pela equipe técnica da RFB. O escopo compreende a representação gráfica minuciosa das características físicas e geométricas da edificação, do terreno e dos demais elementos envolvidos na proposta de reforma, incluindo:

a) Planta de Situação/Locação - Representação da implantação da edificação no terreno e sua inserção na malha urbana, em escala 1:500 ou 1:1000, contendo:

- Todas as informações exigidas no Levantamento Cadastral, atualizadas conforme as intervenções propostas.

b) Planta Baixa - Representação horizontal das edificações em seus diferentes níveis, em escala 1:100, contendo:

- Todas as informações do Levantamento Cadastral, atualizadas;
- Ambientação completa dos setores dos dois prédios, com funções e denominações definidas;
- Indicação de divisórias, pisos e forros a instalar ou remover, com especificações e dimensões;
- Procedimentos corretivos para patologias identificadas no Laudo de Inspeção;
- Quadro de esquadrias com dimensões, quantidades, tipos, materiais e tratamentos;
- Quadro de acabamentos por ambiente, com materiais, cores e especificações.

c) Fachadas - Representação dos planos verticais externos, em escala 1:100, contendo:

- Todas as informações do Levantamento Cadastral, atualizadas;
- Indicação dos procedimentos corretivos para patologias identificadas.

d) Cortes - Representações verticais da compartimentação interna (mínimo de 4 cortes: 2 transversais e 2 longitudinais), em escala 1:100, contendo:

- Todas as informações do Levantamento Cadastral, atualizadas com as intervenções propostas.

e) Planta de Cobertura - Representação da cobertura em escala 1:100, contendo:

- Todas as informações do Levantamento Cadastral, atualizadas;
- Indicação dos procedimentos corretivos para patologias identificadas.

f) Plantas de Detalhamento

- Representações detalhadas em escala 1:50 ou superior, contendo:
- Indicação de mobiliário;
- Plantas de teto refletido com identificação dos forros existentes e novos;
- Plantas de piso com identificação dos revestimentos existentes e novos;

- Detalhes ampliados de divisórias, pisos, forros, bancadas e banheiros;
- Detalhes de acessibilidade, identidade visual e paisagismo.

g) Memorial do Projeto

- Documento textual contendo especificações técnicas, quadros, referências normativas e demais informações relevantes ao projeto arquitetônico.

h) Maquete Eletrônica

- Representações visuais em imagens da fachada e de ambientes internos selecionados.

i) Modelo em BIM - Entrega do modelo tridimensional com nível de detalhamento compatível com a integração e compatibilização entre disciplinas. O modelo deverá permitir:

- Geração de documentação gráfica;
- Detecção e revisão de interferências físicas e funcionais;
- Extração de quantitativos para orçamentação, planejamento e controle da execução da obra.

7.28. Projeto Arquitetônico(Projeto Legal)

7.28.1. Nesta fase, o Projeto Legal deverá estar plenamente coordenado com o Projeto Arquitetônico e conter todas as informações necessárias para submissão e análise pelos órgãos competentes.

7.28.2. A contratada deverá apresentar:

- Checklist com a relação de todos os documentos entregues e submetidos à aprovação;
- Protocolos de entrada dos projetos junto à prefeitura e, se aplicável, ao órgão ambiental;
- Pranchas, memoriais e demais documentos técnicos, com nível de detalhamento suficiente para viabilizar a apreciação e aprovação pelos órgãos de controle.

Entregas da 4ª Fase (prazo de 30 dias)

7.29. Coordenação do Projeto

7.29.1. Esta atividade contempla a integração e a compatibilização das informações constantes nos documentos produzidos nesta etapa. Ao final da fase, o coordenador deverá apresentar, juntamente com os materiais correspondentes às entregas previstas, um relatório circunstanciado, contendo a descrição detalhada das atividades executadas, bem como observações técnicas pertinentes.

7.29.2. Compete ainda ao coordenador a mediação das solicitações formuladas pelo corpo técnico da Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo ajustes, aprimoramentos e ratificações nos materiais entregues.

7.29.3. Além do relatório, deverá ser entregue o modelo BIM atualizado, consolidando todas as informações técnicas necessárias e suficientes resultantes desta fase. A aceitação dos serviços estará condicionada à entrega e à aprovação, por parte da equipe técnica da RFB, de todos os produtos previstos, incluindo o relatório circunstanciado.

7.30. Projeto de Instalações Hidrossanitárias

7.30.1. O projeto deverá estar completo, detalhado, coordenado e compatibilizado com o Projeto Arquitetônico, abrangendo as seguintes subdisciplinas:

7.30.1.1. Projeto de Água Fria

- Plantas baixas em escala 1:50, com indicação de intervenções, cortes e detalhes;
- Indicação das tubulações quanto a comprimento, material, diâmetro e elevação;
- Localização precisa de aparelhos sanitários, reservatórios, bombas e demais equipamentos;
- Plantas detalhadas dos ambientes com consumo de água, em escala 1:20;
- Diagramas verticais das redes alimentadoras e distribuidoras;

- Detalhes de reservatórios, barriletes, bombas e furos estruturais;
- Especificações técnicas de materiais e serviços;
- Memorial com informações técnicas e normativas;
- Modelo BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos.

7.30.1.2. Projeto de Esgoto Sanitário

- Plantas baixas em escala 1:50, com indicação de tubulações, cortes e detalhes;
- Localização de aparelhos sanitários, ralos, caixas sifonadas, tubos de ventilação, caixas coletoras e de inspeção;
- Diagrama vertical do sistema de esgoto;
- Detalhes de furos estruturais para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas de materiais e serviços;
- Memorial Descritivo com informações técnicas e normativas;
- Modelo BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos.

7.30.1.3. Projeto de Drenagem

- Plantas baixas em escala 1:50, com indicação de cortes, detalhes, declividades e materiais de condutores, calhas, rufos e canaletas;
- Planta do sistema de drenagem de água condensada das unidades evaporadoras e condensadoras do sistema de climatização;
- Detalhes de furos estruturais para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas de materiais e serviços;
- Memorial Descritivo com informações técnicas e normativas;
- Modelo BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos.

7.30.2. A contratada deverá apresentar também:

- Checklist com a relação de todos os documentos entregues e submetidos à aprovação, quando aplicável;
- Protocolos de entrada dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros, ao órgão ambiental e às concessionárias locais, quando aplicável;
- Pranchas, memoriais e demais documentos técnicos, com nível de detalhamento suficiente para viabilizar a apreciação e aprovação pelos órgãos reguladores.

7.31. Projeto de Instalações Elétricas

7.31.1. O Projeto de Instalações Elétricas deverá ser completo, detalhado, coordenado e compatibilizado com o Projeto Arquitetônico, abrangendo:

- Planta geral de implantação, em escala adequada, com indicação dos elementos externos e do ponto de entrada de energia, incluindo a localização da subestação e dos medidores;
- Planta geral de implantação, em escala adequada, com indicação dos elementos externos e dos módulos fotovoltaicas;
- Plantas detalhadas de distribuição e fixação dos módulos fotovoltaicos nas coberturas;
- Plantas e detalhes da entrada de energia e medição, conforme exigências da concessionária local, com localização de transformadores, painéis, dispositivos de proteção, medição e manobra;
- Detalhamento do poste de derivação em média tensão, com acessórios, ramal de entrada, caixas de passagem, tubulações e condutores;
- Plantas, cortes e elevações da subestação transformadora, integrando arquitetura e elétrica, em escala 1:25;
- Projeto luminotécnico dos ambientes internos readequados e das áreas externas;
- Plantas baixas dos pavimentos (escala 1:50) e das áreas externas (escala adequada), com:
 - Localização dos pontos de consumo, cargas, comandos e circuitos;
 - Localização e detalhes dos quadros de distribuição e quadros gerais;
 - Traçado e dimensionamento de condutores, alimentadores e circuitos terminais;

- Identificação de aparelhos de iluminação e equipamentos com suas características;
- Detalhes típicos de ligações, luminárias, quadros e equipamentos;
- Circuitos de força para equipamentos específicos (ar-condicionado, bombas, elevadores);
- Diagrama unifilar geral e diagramas trifilares dos quadros;
- Esquemas e prumadas com numeração referencial;
- Plantas, cortes e elevações da instalação do grupo gerador de emergência, incluindo:
 - Sistemas de ventilação, exaustão de gases e interligações elétricas;
- Plantas da sala de nobreaks e estabilizadores, com sistemas de ventilação e/ou climatização;
- Instalações para sistemas de combate a incêndio (iluminação de emergência, sinalização, centrais de alarme, detectores, acionadores, circuitos de interligação, eletrodutos, caixas e proteções);
- Alimentação de instalações especiais (bombas, exaustores, motores etc.);
- Integração com o sistema de geração fotovoltaica, com indicação dos equipamentos e esquemas de ligação;
- Integração com o SPDA, com indicação da malha de aterramento, em anel, com:
 - Trajetos dos condutores, localização das hastes, interligações com os painéis;
 - Detalhamento da instalação das hastes no solo, fixação dos captos na cobertura e dos condutores em platibandas, marquises, terraços e paredes.
- Código de identificação de fiação e tubulação, com critérios claros e sequência lógica;
- Legenda de convenções e simbologia, apresentada junto aos desenhos;
- Detalhamento de furos estruturais para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas de materiais e serviços;
- Memorial com informações técnicas, quadros e referências normativas;
- Memorial de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o sistema de geração de energia fotovoltaica, considerando as características locais e o consumo médio mensal de energia;
- Modelo BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos. A contratada deverá apresentar também:
- Checklist com a relação de todos os documentos entregues e submetidos à aprovação, quando aplicável;
- Protocolos de entrada dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros, ao órgão ambiental e às concessionárias locais, quando aplicável;
- Pranchas, memoriais e demais documentos técnicos, com nível de detalhamento suficiente para viabilizar a apreciação e aprovação pelos órgãos reguladores

7.32. Projeto de Instalações de Rede Lógica

7.32.1. O Projeto de Instalações de Rede Lógica deverá ser completo, detalhado, coordenado e compatibilizado com o Projeto Arquitetônico, abrangendo os seguintes elementos:

- Plantas gerais das áreas atendidas pela rede, preferencialmente em escala 1:50, contendo:
 - Localização de caixas de saída, painéis de distribuição, hubs, armários de comunicação, servidores e infraestrutura para passagem de cabos;
 - Caminhamentos horizontais e verticais, com respectivas identificações;
 - Indicação dos pontos lógicos; o Especificação de tomadas e caixas de piso;
 - Detalhamento de eletrodutos, calhas, caixas e sistemas de fixação;
- Plantas com indicação da entrada externa da rede, contendo:
 - Localização de caixas subterrâneas, caixas de saída, prumadas e trajetos dos cabos de fibra óptica;
 - Quantitativo, distribuição e comprimento dos cabos;
 - Interligação com o rack central de rede lógica;
 - Corte esquemático detalhado do distribuidor geral da edificação;
- Previsão de uso de pontos da rede lógica para telefonia VoIP nas estações de trabalho;
- Desenhos esquemáticos de interligação entre os componentes da rede;
- Diagramas de blocos, representando a arquitetura lógica da rede;
- Identificação padronizada das tubulações e circuitos, com critérios claros e sequência lógica, de modo a evitar ambiguidades na fase de execução;
- Detalhamento do sistema de aterramento da rede lógica;
- Legenda das convenções e simbologias utilizadas, apresentada junto aos desenhos correspondentes;

- Detalhamento de todos os furos estruturais necessários para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas dos materiais e serviços a serem empregados;
- Memorial do Projeto, contendo informações técnicas, especificações, quadros e referências normativas aplicáveis;
- Modelo BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos.

7.33. Projeto de Instalações de Segurança Eletrônica

7.33.1. O Projeto de Instalações de Segurança Eletrônica deverá ser completo, detalhado, coordenado e compatibilizado com o Projeto Arquitetônico, abrangendo os sistemas de monitoramento por vídeo, alarme e controle de acesso, incluindo:

- Planta geral da edificação, em escala adequada, com:
 - Localização e características dos receptores e demais equipamentos;
 - Áreas de abrangência dos dispositivos;
 - Rede de distribuição;
 - Localização da central de monitoramento e alarmes;
 - Infraestrutura necessária para alimentação dos equipamentos;
- Traçado e dimensionamento dos circuitos, com identificação dos caminhos e infraestrutura para passagem dos cabos;
- Diagramas esquemáticos de ligação dos componentes do sistema;
- Detalhes de instalação de câmeras, sensores, equipamentos de reconhecimento facial, eletrodutos, calhas, caixas e sistemas de fixação;
- Integração com os projetos de instalações elétricas e de rede lógica;
- Detalhamento de furos estruturais necessários para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas de materiais e serviços;
- Memorial do Projeto, contendo especificações, detalhes técnicos, quadros e referências normativas aplicáveis.

7.34. Projeto de Instalações de Prevenção e Combate ao Incêndio

7.34.1. O Projeto de Prevenção e Combate ao Incêndio deverá ser completo, detalhado, coordenado e compatibilizado com o Projeto Arquitetônico, contemplando:

- Laudos técnicos exigidos para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros da Bahia;
- Plantas baixas (escala 1:50), com:
 - Disposição de equipamentos e sistemas de proteção e combate (hidrantes, alarmes, sinalizações, iluminação de emergência);
 - Indicação dos pontos de força para equipamentos que demandem alimentação elétrica, integrados ao projeto elétrico;
- Projeto hidráulico de combate, com dimensionamento das redes, vazões, pressões, capacidade de reserva técnica e sistema de alimentação;
- Cortes técnicos necessários à compreensão do projeto;
- Diagramas esquemáticos de ligação dos componentes;
- Detalhes técnicos dos sistemas e equipamentos, preferencialmente em escala 1:25;
- Cotas e dimensões relativas de todos os elementos do sistema;
- Detalhamento de furos estruturais para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas de materiais e serviços;

- Memorial, conforme exigências do Corpo de Bombeiros da Bahia, contendo especificações, quadros e referências normativas;
- Modelo em BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos.

7.34.2. A contratada deverá apresentar também:

- Checklist com a relação de todos os documentos entregues e submetidos à aprovação, quando aplicável;
- Protocolos de entrada dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros, quando aplicável;
- Pranchas, memoriais e demais documentos técnicos, com nível de detalhamento suficiente para viabilizar a apreciação e aprovação pelos órgãos reguladores.

7.35. Projeto de Instalações de Climatização

7.35.1. O Projeto de Climatização deverá ser completo, detalhado, coordenado e compatibilizado com o Projeto Arquitetônico, abrangendo:

- Plantas das áreas climatizadas, preferencialmente em escala 1:50, com:
 - Representação dos dutos de insuflamento e retorno de ar;
 - Canalizações de água gelada e condensação (se aplicável);
 - Tubulações frigoríferas, com materiais, comprimentos, dimensões e elevações;
 - Localização dos equipamentos, aberturas de ar, pontos de consumo, interligações elétricas e de comando;
- Desenhos isométricos do sistema de ar-condicionado, com dimensões, diâmetros, comprimentos, vazões, pressões, conexões, registros e válvulas;
- Detalhes e cortes da central térmica ou local das unidades condensadoras, com layout, pontos de força, drenos, tubulações e quadros de comando;
- Detalhes e cortes das unidades evaporadoras ou climatizadores, com layout, pontos de força, drenos, rede de dutos, tomadas de ar exterior, quadros de força e dispositivos de controle;
- Sistema de renovação de ar, com dimensões, vazões, venezianas, filtragem, recuperação de calor, ventiladores, exaustores e conexões;
- Detalhes de dutos, grelhas, venezianas e registros, com métodos de isolamento, instalação e fixação;
- Cortes transversais e longitudinais suficientes para a compreensão do sistema;
- Quadro resumo com dimensionamento e características dos equipamentos;
- Detalhes de instalação e fixação de unidades, tubulações, interligações frigoríferas, elétricas e de drenagem;
- Integração com os projetos de drenagem e instalações elétricas;
- Detalhamento de furos estruturais para passagem e suporte das instalações;
- Especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
- Memorial do Projeto, com especificações, detalhes técnicos, quadros e referências normativas;
- Modelo em BIM com nível de detalhamento compatível para integração, detecção de interferências e extração de quantitativos.

Entregas da 5ª Fase (prazo de 30 dias)

7.36. A entrega final do Projeto Básico, com todos os seus componentes, deverá ser precedida de comunicação formal por escrito, informando a conclusão dos serviços e apresentando a relação completa dos documentos entregues. A confirmação de recebimento por parte da fiscalização do contrato servirá como comprovação oficial da entrega.

7.36.1. Nesta fase, o Projeto Legal deverá conter a versão final de todos os projetos submetidos e revisados, devidamente aprovados pelos órgãos de controle competentes. O recebimento estará condicionado à apresentação das aprovações formais necessárias à execução da obra de reforma.

7.36.2. Cada disciplina deverá apresentar sua versão final compatibilizada com os demais projetos e documentos que integram o Projeto Básico, incluindo o Caderno de encargos e o Orçamento Detalhado.

7.36.3. A análise e o aceite desta fase considerarão a coordenação, integração e compatibilização de todos os projetos das disciplinas de Arquitetura e Engenharia, bem como a consistência técnica entre os elementos entregues.

7.36.4. Será também avaliada a versão final do modelo BIM, que deverá apresentar nível de detalhamento e informação compatível com:

- Geração de documentação gráfica;
- Detecção e revisão de interferências físicas e funcionais entre disciplinas;
- Extração de quantitativos de materiais e serviços;
- Apoio ao planejamento, orçamento e controle da execução da obra.

7.36.5. Ao final, o coordenador deverá entregar, juntamente com os materiais previstos, um relatório circunstanciado, contendo a descrição detalhada das atividades executadas, observações técnicas relevantes e justificativas para eventuais ajustes realizados.

7.36.6. Compete ainda ao coordenador a mediação das solicitações formuladas pelo corpo técnico da Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo correções, melhorias e ratificações nos materiais entregues.

7.36.7. O recebimento desta fase estará condicionado à entrega e aprovação integral de todos os serviços previstos, incluindo o relatório circunstanciado elaborado pelo coordenador.

7.37. Caderno de Encargos

7.37.1. O Caderno de Encargos deverá ser apresentado em documento único, consolidado e padronizado. Este documento irá compor o edital de licitação da futura obra de reforma, e deverá estabelecer, com clareza, precisão e rigor técnico, todos os serviços a serem executados pela contratada durante a fase de construção.

7.37.2. Deverão constar no Caderno de Encargos:

- Especificações detalhadas dos materiais a serem empregados, incluindo:
 - Características técnicas;
 - Desempenho esperado;
 - Padrões de qualidade;
 - Normas técnicas aplicáveis (ABNT, NBR, entre outras).
- Normas de execução dos serviços, definindo os métodos corretos de aplicação e uso dos materiais, conforme:
 - Recomendações dos fabricantes;
 - Boas práticas da engenharia;
 - Normas técnicas vigentes.

7.37.3. Além disso, o documento deverá contemplar, quando aplicável:

- Requisitos para utilização de andaimes, tapumes e barreiras de proteção;
- Exigência de apresentação de amostras e realização de ensaios técnicos;
- Normas de segurança do trabalho, incluindo o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Instalações provisórias e definição de áreas para armazenamento de materiais e equipamentos;
- Critérios de similaridade para substituição de materiais e componentes;
- Procedimentos para revalidação e aprovação de projetos complementares;

- Responsabilidades quanto à obtenção de alvarás, licenças e autorizações legais;
- Cobertura de seguros obrigatórios;
- Responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos, com exigência de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs), conforme o caso.

7.38. Orçamento detalhado e Cronograma Físico-Financeiro

7.38.1. O orçamento detalhado da obra, acompanhado de seu respectivo cronograma físico-financeiro, deverá compor os anexos do edital de licitação da futura obra de reforma.

7.38.2. A metodologia adotada para a elaboração do orçamento deverá estar claramente descrita, incluindo:

- Premissas e restrições consideradas no planejamento da execução;
- Período de execução, horários e dias de funcionamento da obra;
- Critérios de cálculo para mobilização e desmobilização;
- Alíquotas do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- Critérios de composição da equipe administrativa da obra.

7.38.3. A organização dos itens da planilha orçamentária deverá seguir a mesma sequência numérica do Caderno de Encargos, garantindo a integração entre os documentos.

7.38.4. O levantamento de quantitativos deve ser acompanhado de memorial de cálculo, contemplando todos os serviços listados na planilha sintética, inclusive os cujas quantidades tenham sido apresentadas/fornecidas pelos projetistas das disciplinas complementares, para que todas as planilhas do orçamento estejam consolidadas em um único documento.

7.38.5. O orçamento deverá incluir os custos referentes à elaboração do Projeto Executivo e do As Built, com modelagem em BIM, prevendo sua execução antes do início de cada etapa da obra.

7.38.6. A elaboração do orçamento deverá observar:

- Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que exige compatibilidade com os valores de mercado, considerando bancos de dados públicos, economia de escala e peculiaridades locais;
- Art. 3º do Decreto nº 7.983/2020, que determina que o custo global de referência seja obtido a partir de composições de custos unitários menores ou iguais à mediana do SINAPI, excetuando-se itens de montagem industrial ou não caracterizados como construção civil.

7.38.7. Na ausência de dados no SINAPI, poderão ser utilizados sistemas públicos subsidiários como SICRO, ORSE/CEHOP, SEINFRA/CE, entre outros. Em último caso, admite-se o uso de sistemas privados, desde que:

- As composições estejam devidamente justificadas;
- Os custos de insumos do SINAPI sejam incorporados sempre que possível;
- As cotações utilizadas sejam detalhadas, com identificação da empresa e do responsável técnico.

7.38.8. Na planilha orçamentária analítica, cada composição deverá conter:

- Código do serviço e dos insumos conforme a base de referência;
- Identificação da base utilizada;
- Mês/ano da coleta dos preços.

7.38.9. Deverão ser elaboradas duas versões do orçamento:

- Com desoneração da folha de pagamento;
- Com oneração da folha, ajustando-se as alíquotas de encargos sociais e do BDI.

7.38.10. O BDI estimado deverá ser apresentado em tabela de composição analítica, em conformidade com os parâmetros do Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, observando:

- Incidência correta do ISS conforme a legislação tributária de Feira de Santana;
- Aplicação de alíquotas diferenciadas para itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica.

7.38.11. O cronograma físico-financeiro deve estar integrado ao orçamento detalhado, e deve ser apresentado de acordo com as diretrizes de planejamento para obtenção do tempo de execução e do sequenciamento das etapas, tais como as escolhas das atividades predecessoras, sucessoras e obtenção do caminho crítico.

7.3.12. O planejamento de execução das etapas/serviços da obra deve ser elaborado de forma a proporcionar a ininterrupta plena das atividades da RFB. Deve-se também utilizar os coeficientes de produtividade presentes nas composições e estimar o número máximo de operários (oficiais, meio-oficiais e serventes) que trabalharão em cada mês na obra (histograma de mão-de-obra), para fins de dimensionamento do canteiro e atendimento das Normas Regulamentadoras (NR's) trabalhistas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Está prevista a contratação de 01 (um) Projeto Básico Completo de reforma, com a utilização da modelagem BIM (*Building Information Modeling*), compreendendo serviços de Coordenação Geral dos Projetos, Inspeção Predial, Projeto Arquitetônico, Projeto e Instalações Hidrossanitárias, Projeto de Instalações Elétrica, Projeto de Instalações de Rede Lógica, Projeto de Instalações de Sistema de Segurança Eletrônica, Projeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio, Projeto de Instalações de Climatização, Orçamento e Especificações.

8.1.1 Aludidos serviços incluem pranchas de desenho com o detalhamento completo da solução, Caderno de Encargos e Especificações, lista de materiais e planilha orçamentária constando de orçamento sintético, cronograma físico-financeiro, detalhamento do BDI e planilha de composições unitárias.

8.2 O registro do quantitativo de serviços de engenharia necessários para a composição da solução a ser contratada, de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, encontra-se demonstrado nos documentos apresentados pela área técnica de engenharia do órgão, anexos a este Estudo Preliminar.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 264.694,76

9.1 Relação dos serviços que compõem a solução a ser contratada, conforme Vistoria Técnica realizada pela Administração, Anexo I deste ETP.

Item	Descrição/Especificação		Unidade	Qted.	Valor Estimado
1	Elaboração de Projeto Básico Completo, na modelagem BIM (Building Information Modeling), com vistas à reforma das duas edificações que compõem a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF-FSA)	1.1 Coordenação Geral dos Projetos	und	1	R\$ 25.021,45
		1.2 Inspeção Predial	und	1	R\$ 18.958,60
		1.3 Projeto Arquitetônico	und	1	R\$ 90.357,30
		1.4 Projeto e Instalações Hidrossanitárias	unid	1	R\$ 26.680,05
		1.5 Projeto de Instalações Elétrica	und	1	R\$ 27.928,62
		1.6 Projeto de Instalações de Rede Lógica	und	1	R\$ 11.500,02
		1.7 Projeto de Instalações de Sistema de Segurança Eletrônica	und	1	R\$ 8.000,00
		1.8 Projeto de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio	und	1	R\$ 17.477,23
		1.9 Projeto de Instalações de Climatização	und	1	R\$ 16.428,60
		1.10 Orçamento e Especificações	und	1	R\$ 22.342,89
Valor Global Estimado					R\$ 264.694,76

9.2. Os documentos (orçamentos sintético e analítico) que definem a descrição e o quantitativo a serem contratados e que definirão o preço global da contratação estão presentes, na forma de anexos, no final deste estudo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A licitação visa à contratação de serviços especializados em projetos de engenharia e arquitetura, os quais são complexos e demandam um desenvolvimento contínuo e integrado. O parcelamento do objeto da licitação pode prejudicar a execução eficiente e a qualidade dos serviços prestados, uma vez que:

10.1.1 **Integração do Projeto:** Projetos de engenharia e arquitetura requerem uma abordagem integrada, onde todas as partes (arquitetura, estrutura, instalações, etc.) precisam ser desenvolvidas de forma coesa. O parcelamento poderia resultar em desconexões entre as diferentes etapas do projeto, comprometendo a consistência e a qualidade do trabalho final.

10.1.2 **Descontinuidade dos Serviços:** A fragmentação do objeto pode gerar uma descontinuidade na execução dos serviços, o que dificultaria a coordenação entre os profissionais envolvidos, impactando o cronograma e aumentando os custos.

10.1.3 **Complexidade Técnica:** O desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetura envolve um processo técnico contínuo e especializado, onde o parcelamento poderia acarretar em sobrecarga administrativa e dificultar o controle técnico e financeiro, além de aumentar o risco de falhas e retrabalhos.

10.1.4 **Exigência de Responsabilidade Técnica Única:** A contratação de um único profissional ou empresa para o desenvolvimento integral do projeto assegura a responsabilidade técnica global sobre todas as etapas, evitando a fragmentação de responsabilidades que pode ocorrer em caso de parcelamento.

10.2 Por estas razões, optou-se por não parcelar o objeto da licitação, visando garantir a qualidade, eficiência e continuidade dos serviços, além de assegurar o cumprimento das normas técnicas e legais pertinentes.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo. Também não há providências que devam ser adotadas no que se refere à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que se trata de matéria técnica que será fiscalizada pela SRRF05/Dipol/Saeng.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente ação encontra respaldo em vários objetivos que integram o Plano Estratégico da RFB para o período 2024/2027, recentemente aprovado.

12.1.1. Como a conservação de um espaço físico não é uma atividade fim da Receita Federal, a manutenção das condições adequadas de conservação de um imóvel de uso da instituição está inserida indiretamente nos seguintes Objetivos de Governança, Gestão, Pessoas e Recursos:

- Fortalecer a atuação da RFB: Uma Administração Tributária e Aduaneira forte deve estar instalada em prédio adequado, que possa garantir as condições físicas necessárias para nossa atuação.
- Valorizar, Reconhecer e Desenvolver Pessoas: propiciar um local de trabalho com boas condições de conservação, com boa habitabilidade (espaço suficiente, conforto ambiental, segurança) é uma forma de reconhecer e valorizar os servidores.
- Aperfeiçoar as Práticas de Governança, Responsabilidade Social e Sustentabilidade: manter e conservar um prédio pertencente à União é uma boa prática de governança.

12.2. Na Cadeia de Valor da RFB esta atividade está situada dentro da Gestão de Materiais e Logística, no processo de trabalho Gerir Imóveis e Obras.

12.3. A presente contratação também está prevista no Plano de Engenharia da Receita Federal para o ano de 2025, aprovado por meio da Portaria RFB nº 513, de 20 de fevereiro de 2025.

12.4. Ademais, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, registrada no PGC sob número 170078-66/2026, disponível publicamente no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A contratação de projetos de engenharia para reforma de prédios da administração pública oferece diversos benefícios que são fundamentais para garantir a qualidade, segurança e eficiência dos serviços públicos. Aqui estão alguns dos principais benefícios:

13.1.1. **Planejamento e Eficiência:** Projetos de engenharia bem elaborados asseguram que a reforma seja realizada de forma organizada e eficiente, com um cronograma claro e planejamento adequado de recursos, evitando atrasos e desperdícios.

13.1.2. **Cumprimento de Normas e Regulamentações:** Profissionais de engenharia têm conhecimento das normas e regulamentações técnicas e legais exigidas em reformas de prédios públicos, como acessibilidade, segurança, sustentabilidade e eficiência energética. Isso garante que a obra atenda aos requisitos legais, evitando multas e outros problemas administrativos.

13.1.3. **Segurança Estrutural:** A contratação de Projeto Básico Completo elaborado por profissionais especializados garante que a reforma seja realizada de maneira a preservar a integridade estrutural do prédio, evitando riscos de colapso ou falhas que possam comprometer a segurança dos usuários.

13.1.4. **Sustentabilidade e Economia de Recursos:** Projetos de engenharia podem incorporar soluções sustentáveis e tecnologias que visam reduzir o consumo de energia, água e outros recursos, resultando em economia a longo prazo e maior eficiência energética do prédio.

13.1.5. **Acessibilidade e Inclusão:** Projetos de reforma elaborados por engenheiros podem garantir que o prédio atenda às normas de acessibilidade, tornando-o mais inclusivo para pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, de acordo com as legislações vigentes.

13.1.6. **Transparência e Gestão Fiscal:** A contratação de projetos de engenharia assegura que o processo de reforma seja bem documentado e auditável, o que promove maior transparência na utilização de recursos públicos e facilita o acompanhamento da obra, evitando desvios e garantindo a boa aplicação dos recursos.

13.1.7. **Valorização do Imóvel Público:** A reforma adequada e planejada contribui para a valorização do prédio, prolongando sua vida útil e preservando seu valor patrimonial, o que é benéfico para o patrimônio público.

13.1.8. **Melhoria no Ambiente de Trabalho e Atendimento:** A reforma bem projetada pode resultar em um ambiente mais adequado e moderno para servidores públicos e cidadãos, melhorando a qualidade do trabalho, a eficiência no atendimento e o bem-estar das pessoas que utilizam o prédio.

13.1.9. **Facilidade de Acompanhamento e Fiscalização:** Com um projeto de engenharia detalhado, as etapas da reforma são claras e mais facilmente acompanhadas, permitindo que gestores públicos e órgãos fiscalizadores verifiquem o progresso da obra e se o projeto está sendo executado de acordo com os planos originais.

13.1.10. **Redução de Custos com Manutenção:** Reformas bem planejadas e executadas corretamente podem resultar em menor necessidade de manutenção a curto e longo prazo, evitando gastos excessivos com reparos e ajustes.

13.2 Esses benefícios contribuirão para um processo mais seguro, eficiente e transparente na execução da reforma das instalações da DRF-FSA, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 A Equipe Técnica de Planejamento da Contratação, após a análise junto ao dirigente administrativo do órgão público requisitante, confirmou que já foram adotadas todas as medidas administrativas e sistemas de controle indispensáveis à perfeita e efetiva execução dos serviços a serem contratados no âmbito de suas instalações administrativas. Desta forma, considerando o escopo da contratação, não haverá necessidade de adequações físicas para início das atividades desta tipologia de serviços.

15. Lei de Acesso à Informação (LAI)

15.1. Na presente contratação, nos termos do art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, não há necessidade de classificação do Estudo Técnico Preliminar nos moldes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), pois não envolve informações cujo acesso deva ser restringido em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, nos termos do art. 23 da referida Lei.

1652. Ademais, o conteúdo do documento mencionado não apresenta elementos que justifiquem a aplicação de grau de sigilo, seja ele reservado, secreto ou ultrassecreto, sendo, portanto, plenamente possível sua divulgação, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Como se trata de um serviço de atualização e elaboração de projetos, não haverá impactos ambientais diretos desta contratação.

16.2 No entanto, na elaboração dos projetos, os responsáveis técnicos devem atentar para prever no Caderno de Encargos as medidas de logística reversa para desfazimento e reciclagem dos resíduos da obra que deverá adotar a empresa a ser contratada para a execução do serviço, bem como levar em consideração as questões relativas à sustentabilidade na reforma decorrente do projeto, optando, sempre que possível, por soluções que privilegiem a eficiência energética e minimizem a geração de resíduos na obra, bem como assegurem a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Com base nos elementos de fato e de direito coletados e analisados neste Estudo Técnico Preliminar, consideramos que a presente contratação é viável em todos os seus aspectos atualmente conhecidos e detalhados, além de ser necessária ao atendimento dos interesses da Administração.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NAGILA OLIVEIRA SOBRAL

Integrante Requisitante

Despacho: Servidor em férias

ROSA ELOINA ALVES PIRES

Integrante Requisitante

FAGNER ISMAEL TEIXEIRA DE SANTANA

Integrante Técnico

MARCO AURELIO BRITO DE ARAUJO

Integrante Administrativo de Contrato

JEAN LIMA DOS SANTOS

Integrante Administrativo de Licitação

SONIA MAGALI GAMA MACHADO

Integrante Administrativo de licitação

Despacho: De acordo. Encaminhe-se à Chefe Substituta da SRRF05/Dipol para aprovação.

MARCIO FERREIRA DE LIMA

Chefe SRRF05/Dipol/Selic